

HISTÓRICO DO APOIO PÚBLICO BRASILEIRO ÀS EXPORTAÇÕES, COM ÊNFASE NA EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS

Elydia Silva Hirata

*Vladimir Matheus Ribeiro de Souza**

Palavras-chave: Exportação. Serviços. Financiamento. Regulação.

* Respectivamente, mestre em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e coordenadora de serviços do Departamento de Interlocução, Avaliação e Estudos de Comércio Exterior da Área de Comércio Exterior do BNDES; e pós-graduado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Comércio Exterior pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e gerente do Departamento de Apoio às Exportações de Serviços e Suporte Operacional da Área de Comércio Exterior do BNDES. Este trabalho contou com a colaboração e os comentários de Carlos Frederico Braz de Souza, Luiz Filipe de Castro Neves, Rafael de Carvalho Cayres Pinto, Marcelo de Oliveira Santos, Bruno Castelo Branco, Alexandra Lorga Villar e Beatriz Oliveira. Os autores também agradecem a Leonardo Pereira dos Santos, Andressa Biato e a toda a equipe da Área de Comércio Exterior. Erros e omissões remanescentes são de inteira responsabilidade dos autores.

HISTORY OF THE BRAZILIAN PUBLIC SUPPORT TO EXPORTS, WITH EMPHASIS ON EXPORTS OF SERVICES

Elydia Silva Hirata

Vladimir Matheus Ribeiro de Souza^{*}

Keywords: Exports. Services. Finance. Regulation.

^{*} Respectively, master's degree in Economics from the Federal University of Minas Gerais (UFMG) and coordinator of services of the Interlocution, Evaluation and Studies of Foreign Trade Department of BNDES's Foreign Trade Division; and graduate in Public Policy from the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) and in Foreign Trade from Fundação Getulio Vargas (FGV) and manager of the Support to Exports of Services and Operational Support Department of BNDES's Foreign Trade Division. This article had the collaboration and comments from Carlos Frederico Braz de Souza, Luiz Filipe de Castro Neves, Rafael de Carvalho Cayres Pinto, Marcelo de Oliveira Santos, Bruno Castelo Branco, Alexandra Lorga Villar and Beatriz Oliveira. The authors also thank Leonardo Pereira dos Santos, Andressa Biato and the whole team in the Foreign Trade Division. Remaining errors and omissions are the sole responsibility of the authors.

Resumo

O apoio público à exportação de serviços, incluindo engenharia e construção, vem sendo normatizado desde a década de 1970. A leitura das normas explicita que o conceito de exportação de serviços está associado à venda, comercialização ou receita no exterior por empresa brasileira. Questionamentos ao apoio à exportação pelo BNDES por vezes partem do princípio de fiscalização do custo dos insumos que compõem a exportação. Todavia, o cumprimento do objetivo do apoio ocorre pela ótica de país vendedor, cujo interesse é a realização da venda; e não pela ótica de país comprador, interessado na minimização dos custos de construção e nos benefícios gerados pelo uso do empreendimento. Para contribuir com esse debate, este trabalho revisita o histórico brasileiro de apoio à exportação, com ênfase na exportação de serviços, abordando normas referentes à definição e à comprovação dessas exportações e discutindo como o Banco se insere nesse contexto.

Abstract

The regulation of public support for exports of services has been improving since the 1970s, especially services such as engineering and construction. The analysis of the applicable legislation proves that the concept of exporting services refers to the sale abroad and corresponding foreign income received by Brazilian companies. Critics of BNDES financing of such services sometimes rely on the idea that this institution should inspect and review the costs of the inputs that make up the selling price of the project. However, export financing should consider the interests of the exporter country, mainly the promotion of its goods and services abroad; as opposed to interests more aligned with the buyer, such as cost minimization and benefits generated by the use of the project once completed. Aiming to contribute to the debate, this paper seeks to: revisit the Brazilian history of public support for the export of services, particularly engineering and construction; address the rules related to this type of export; and discuss BNDES's role in this context.

Introdução

O presente trabalho apresenta um histórico do apoio público brasileiro às exportações de serviços, com ênfase na evolução das normas, documentos e principais definições. À luz de normativos disponíveis, busca-se colaborar com discussões sobre:

- o que é uma exportação de serviço;
- como ocorre sua comprovação;
- quais documentos são necessários para caracterizá-la;
- quando surgiu o apoio à exportação de serviços no Brasil; e
- qual o grau de aderência dos documentos exigidos pelo BNDES para comprovação da efetiva exportação com os normativos externos a essa instituição.

O setor de serviços vem obtendo crescimento expressivo nas últimas décadas, aumentando sua importância relativa no produto interno bruto (PIB) e no balanço de pagamento dos países, como pode ser visto no Gráfico 1. Estima-se que o setor responda atualmente por mais de 60% do PIB brasileiro (pela ótica do valor adicionado), percentual semelhante às médias latino-americanas e mundial.

Não obstante, quando se trata do comércio internacional de serviços, o Brasil fica bastante aquém, com um máximo histórico de 5,8% do PIB, em 2015, contra 7,1% da América Latina e 12,8% do mundo, no mesmo ano. Embora esteja entre as maiores economias mundiais, o país responde por somente 0,6% dos serviços exportados globalmente, participação que praticamente não se alterou desde a década de 1970. Em termos regionais, chegou a responder por quase um quarto do total exportado pela América Latina; no entanto, essa participação contraiu-se em quase

seis pontos percentuais desde 2015. Portanto, este é um setor em que ainda há potencial para a expansão brasileira.

Gráfico 1 | Serviços – exportação, comércio e participação no PIB, 1975-2017

Gráfico 1A | Serviços – valor adicionado (% PIB)

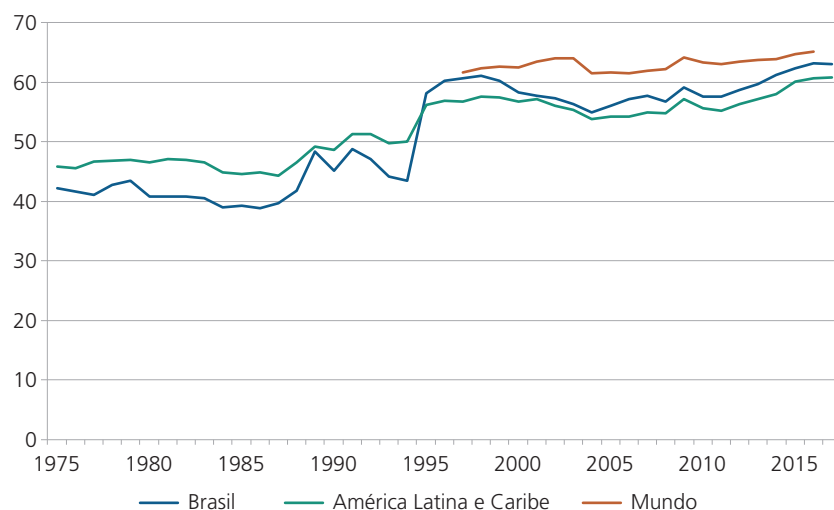


Gráfico 1B | Comércio de serviços – importação + exportação (% PIB)

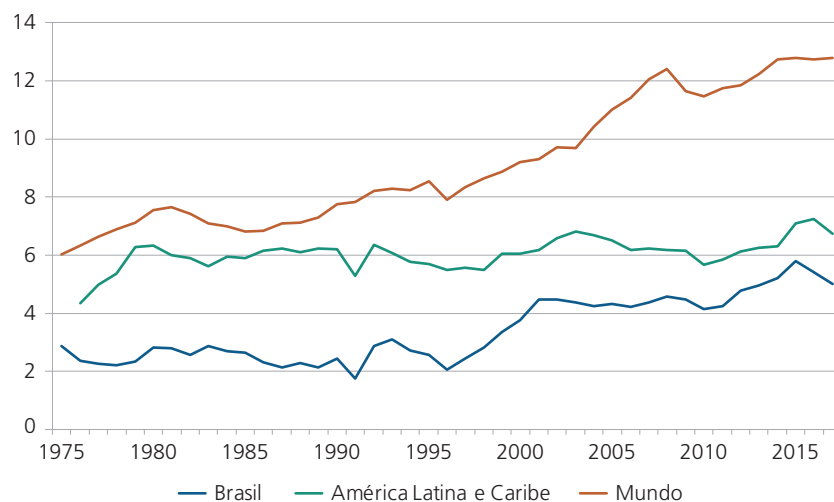


Gráfico 1C | Participação na exportação de serviços (%)

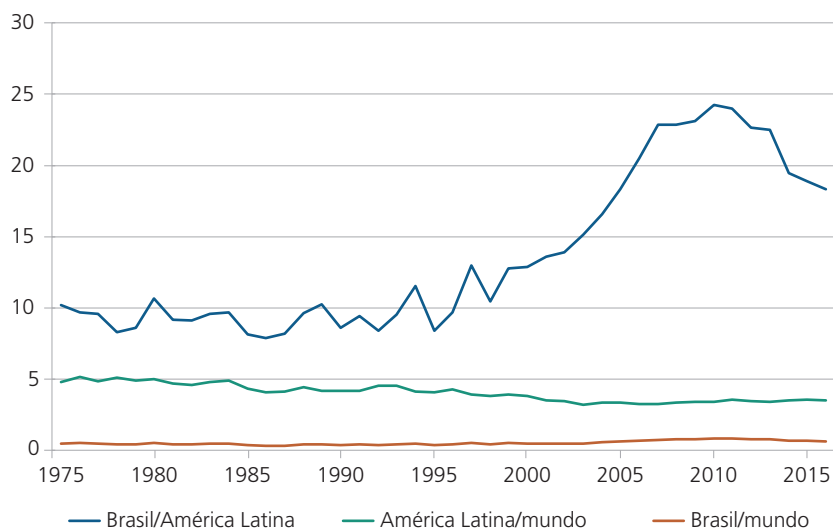
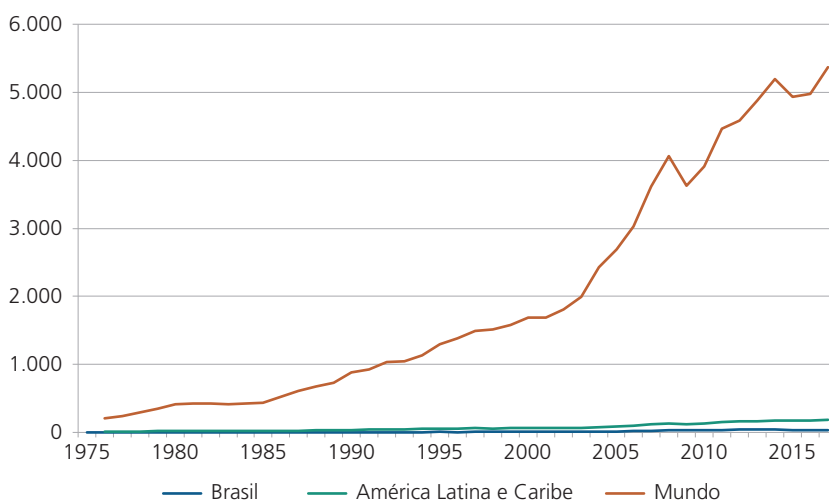


Gráfico 1D | Exportação de serviços (US\$ bilhões, valores correntes)



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Banco Mundial (databank).
Disponível em: <https://databank.worldbank.org/data/home.aspx>. Acesso em: 14 jan. 2019.

Por ser um ativo intangível e por ter suas atividades, muitas vezes, desenvolvidas no local da venda, a exportação de serviços pode envolver controvérsia sobre sua efetivação, mensuração, comprovação, tributação etc. Como forma de dirimir tais controvérsias, as legislações nacional e internacional apresentam definições e conceitos a respeito do tema. Destaca-se, nesse contexto, o Acordo Geral sobre Comércio e Serviços (GATS – General Agreement on Trade and Services), em vigor a partir da década de 1990, que, entre outras coisas, possibilitou as bases para o aumento e a mensuração do comércio de serviços no mundo.

Recentemente, não só o apoio do BNDES às exportações de serviços de engenharia e construção vem sendo questionado, quanto a seu mérito e sua efetividade, mas também o que seria uma exportação apoiável e como ela deveria ser comprovada. Entre as críticas, há o entendimento de que, ao financiar as exportações de serviços, especialmente de engenharia, o Banco deveria agir como um fiscalizador da produção, limitando ao mínimo seu apoio e o restringindo aos custos dos insumos nacionais que integram as exportações.

Todavia, há que se destacar que, ao financiar exportações, de bens ou de serviços, o BNDES atua como uma Agência de Crédito à Exportação (ECA), entidade presente em todo o mundo, responsável por fornecer crédito de longo prazo para o pagamento de produtos de empresas nacionais comprados por estrangeiros. Nessa lógica de atuação, uma empresa nacional vende um serviço a um ente do exterior, e a ECA possibilita o pagamento à vista para o exportador e a longo prazo para o importador, desonerando, assim, o balanço da empresa exportadora e possibilitando essa venda e/ou novas vendas.¹

1 Sobre o papel das ECAs, ver Catermol (2008), Catermol e Cruz (2017) e Loubergé e Maurer (1992).

Dessa forma, o presente trabalho discute elementos que podem contribuir com o melhor entendimento da lógica da linha de financiamento Pós-Embarque Serviços do BNDES. A próxima seção apresenta um resumo do histórico de apoio público brasileiro às exportações. A terceira seção, um histórico dos normativos que regem a exportação de serviços no Brasil, demonstrando a aderência do Banco aos conceitos e procedimentos que regem tais normas. A quarta seção contém as conclusões do trabalho; e o anexo, uma lista não exaustiva de normativos pertinentes ao tema.

Histórico do apoio público às exportações

No Brasil, embora as políticas de substituição de importação tenham desempenhado papel preponderante na estratégia de desenvolvimento nacional do século XX, a necessidade de garantir reservas para financiar importações prioritárias, bem como de reequilibrar o balanço de pagamentos perante crises, levou ao desenvolvimento e à instituição de diversos mecanismos de promoção das exportações, a partir de meados da década de 1960.² Como afirmam Bonelli, Veiga e Brito (1997), tais mecanismos buscaram neutralizar o viés antiexportador da política de estímulo à indústria, historicamente adotada no Brasil, que se caracterizava por subsidiar importações consideradas essenciais e

² Segundo Pinheiro e outros (1993), o início dos incentivos às exportações remontaria à década de 1950, com o uso de expedientes cambiais para incentivar as exportações de alto valor agregado. No entanto, de acordo com os mesmos autores, o período de 1964-1974 seria um marco na atividade exportadora em razão das mudanças introduzidas pela política de incentivo às exportações.

prejudicar as exportações, em razão do imposto implícito no câmbio, frequentemente sobrevalorizado.

Entre os incentivos fiscais e creditícios para a exportação de manufaturados criados entre a década de 1960 e 1980, citam-se:

- a regulamentação do regime de *drawback*,³ pelo Decreto 53.967, de 1964, e pelo Decreto-Lei 37, de 1966;
- a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), pela Lei 4.502, de 30 de novembro de 1964, e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), pelo Ato Complementar 37, de 14 de março de 1967;
- a instituição do Fundo de Financiamento às Exportações (Finex), pela Lei 5.025, de 10 de junho de 1966, com as modalidades pré e pós-embarque⁴ e, posteriormente, financiamento para capital de giro e equalização da taxa de juros⁵ por meio das resoluções do Banco Central do Brasil (BCB) 71, de novembro de 1967, e 509, de janeiro de 1979;
- a criação do crédito-prêmio de IPI e ICM, pelo Decreto-Lei 491, de 5 de março de 1969 e pelo convênio CONFAZ ABO 1/70, de janeiro de 1970;

³ Trata-se de regime aduaneiro que prevê suspensão, isenção ou eliminação de tributos sobre insumos importados utilizados na produção de bem para exportação. Visa incentivar a exportação por meio da redução de custos de produção de insumos exportáveis.

⁴ A modalidade pré-embarque compreende o financiamento voltado à produção de bens para a exportação. Nela, quem assume o financiamento é o produtor. Na modalidade pós-embarque, o financiamento visa a comercialização de produtos de empresas nacionais no exterior. Nela, o produtor recebe à vista pela venda efetuada, e o comprador paga a prazo, assumindo uma dívida com o financiador.

⁵ É um mecanismo por meio do qual o governo busca tornar a taxa de juros dos financiamentos à exportação compatível com o mercado internacional, absorvendo parte dos juros do financiamento.

- o estabelecimento da Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação (Programa Befiex-Comissão) pelo Decreto-Lei 1.219, de maio de 1972;⁶ e
- a operacionalização do Seguro de Crédito à Exportação (SCE),⁷ pela Lei 6.704, de 24 de outubro de 1979.

Segundo a literatura sobre o tema, tais incentivos lograram considerável êxito em amenizar o viés antiexportador das políticas de substituição de importação e desempenharam um importante papel no contexto das crises das décadas de 1970 e 1980.

A partir da década de 1990, com a abertura comercial, houve uma reversão da política de comércio exterior brasileira, e a inserção do país no mercado internacional de forma mais competitiva tornou-se prioridade. Compôs-se, então, um conjunto de iniciativas para reformular o sistema público de financiamento e seguro às exportações, com a finalidade de suprir a demanda dos exportadores por mecanismos de apoio financeiro de médio e longo prazo (PINTO *et al.*, 2008). Como afirmam Pinheiro e outros (1993), nesse período, a busca por maior internacionalização dos padrões de produção e consumo, com consequente aumento de eficiência e competitividade, envolveu uma taxa de câmbio mais ajustada, condições apropriadas de financiamento, e estrutura tributária e logística compatíveis com os padrões internacionais.

Data dessa época a criação do Programa de Financiamento a Exportações de Máquinas e Equipamentos (Finamex), no BNDES – em 1990, para operações de pré-embarque, e, no ano seguinte, para o pós-embarque –,

6 Os Programas Especiais de Exportação eram voltados para grandes empresas com projetos de longo prazo de exportação de manufaturados e estavam vinculados à expansão da capacidade produtiva do Brasil.

7 O SCE compreende a disponibilidade de cobertura ao exportador ou ao financiador de exportações, para casos de *default* derivados de risco político ou comercial. Destaca-se que *drawback*, financiamento, equalização, seguros e garantias são práticas de apoio à exportação bastante comuns no mercado internacional.

bem como a regulamentação do Programa de Financiamento às Exportações (Proex),⁸ em 1991, com a retomada da política de equalização das taxas de juros e a implantação do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex).⁹ Em 1994, as operações de financiamento às exportações na modalidade pós-embarque, no BNDES, para países da América Latina passaram a utilizar o Convênio de Pagamento e Créditos Recíprocos da Associação Latino-Americana de Integração (CCR/Aladi), mecanismo que possibilitou a mitigação dos riscos e a redução dos custos das garantias a serem apresentadas para obtenção dos financiamentos às exportações aos países signatários.

Em 1995, foi criada a Câmara de Comércio Exterior (Camex), órgão ministerial que integra o Conselho de Governo da Presidência da República, tendo como objetivos formulação, adoção, implementação e coordenação de políticas e atividades relativas ao comércio exterior de bens e serviços brasileiros.¹⁰ Como afirmam Veiga e Iglesias (2003), a criação da Camex foi um esforço de remontar uma política de exportação no Brasil, incipiente até 1996, mas que se intensificou a partir desse ano, em resposta à deterioração das expectativas em relação à balança comercial e à retração da oferta de financiamento externo. Nesse sentido, segundo esses autores, de 1995 a 1997, foram criados mecanismos

8 O Proex é um programa do Governo Federal de apoio às exportações brasileiras de bens e serviços, operado pelo Banco do Brasil S.A., na qualidade de agente financeiro da União, cujo objetivo é viabilizar financiamento em condições equivalentes às praticadas no mercado internacional. O programa oferece duas modalidades de apoio à exportação: (i) Proex Financiamento – financiamento direto ao exportador brasileiro ou ao importador com recursos do Tesouro Nacional –; e (ii) Proex Equalização – exportação financiada pelas instituições financeiras no Brasil e no exterior, na qual o Proex assume parte dos encargos financeiros, tornando-os equivalentes àqueles praticados no mercado internacional.

9 Trata-se de um sistema informatizado com objetivo de integrar as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de comércio exterior, por meio de um fluxo único e automatizado de informações. Conforme informações do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), por meio do Siscomex é possível acompanhar tempestivamente a saída e o ingresso de mercadorias no país, uma vez que os órgãos de governo intervenientes no comércio exterior podem, em diversos níveis de acesso, controlar e interferir no processamento de operações para melhor gestão de processos. Por intermédio do próprio sistema, o exportador (ou o importador) trocam informações com os órgãos responsáveis pela autorização e fiscalização. Para mais informações sobre o tema, ver: <http://www.portalsiscomex.gov.br>.

10 Ver: <http://www.camex.gov.br/sobre-a-camex>. Acesso em: 18 jan. 2018.

de isenções fiscais e ressarcimento de impostos sobre as exportações e foi ampliada a capacidade técnico-humana e orçamentária do Finamex e do Proex, que se tornaram mais horizontais em sua abrangência.

Em 1997, o Finamex deu lugar ao BNDES Exim, iniciando também as operações de financiamento às exportações de serviços, em especial serviços de engenharia e construção. Nesse mesmo ano, foi estabelecida a Agência de Promoção às Exportações, atual Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), com o objetivo de promover os produtos e serviços brasileiros no exterior e atrair investimentos estrangeiros para setores estratégicos da economia. Adicionalmente, em complemento aos mecanismos de financiamento e equalização, foi criado o Fundo de Garantia às Exportações (FGE) para dar lastro às garantias prestadas pela União nas operações de SCE. Para operar o FGE/SCE, em 1997, foi criada a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE), majoritariamente privada,¹¹ que foi substituída nessa tarefa, em 2014, pela Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF),¹² empresa pública vinculada, até 2018, ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Até hoje, o financiamento público por meio do BNDES Exim, majoritariamente, e do Proex, associado aos mecanismos de equalização e de seguro de crédito às exportações, forma a base da política de comércio exterior brasileira para produtos de alto valor agregado (manufaturados e serviços). Esses mecanismos foram reforçados e ampliados durante a década de 2000, na qual também se instituíram:

¹¹ A SBCE, em sua configuração inicial, incluía como acionistas a Compagnie Française d'Assurance pour le Commerce Extérieur (Coface), o Banco do Brasil e quatro seguradoras privadas (Bradesco, Minas Brasil, Unibanco e SulAmerica). Em 2001, o BNDES também se tornou acionista da seguradora.

¹² Criada pela Lei 12.712, de 30 de agosto de 2012.

(i) a linha de apoio à internacionalização de empresas no BNDES, em 2002, com o objetivo de apoiar a inserção e o fortalecimento das empresas brasileiras de capital nacional no mercado internacional; e (ii) o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig), em 2004, colegiado integrante da Camex, com as atribuições de aprovar e acompanhar as operações de financiamento e equalização do Proex e do FGE, estabelecendo os parâmetros e as condições para o apoio público às exportações pela União.

Por fim, cabe ainda destacar as implantações: (i) em 2010, do Siscomex Exportação Web – Módulo Comercial (Novoex), como parte de uma modernização do Siscomex, para controle do Registro de Exportação (RE) e do Registro de Operação de Crédito (RC), bem como do consumo de cotas de exportação; e (ii) do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv). À semelhança do Siscomex para o comércio de mercadorias, o Siscoserv busca o registro informatizado das operações de compra e venda de serviços e intangíveis, entre nacionais e estrangeiros, com vistas ao aprimoramento das ações de estímulo, formulação, acompanhamento e aferição das políticas públicas relacionadas ao setor, bem como para a orientação de estratégias empresariais de comércio exterior de serviços e intangíveis. Para fins de registro no Siscoserv, em 2012, foi estabelecida a Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS),¹³ a qual possibilita a classificação dos diversos serviços e intangíveis exportados do Brasil em um sistema semelhante ao existente para o comércio de bens, a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

¹³ Além de classificador nacional para a identificação dos serviços e intangíveis, a NBS é utilizada na definição dos serviços elegíveis ao financiamento no âmbito do Proex e aos Adiantamentos de Contrato de Câmbio (ACC) – conforme artigo 96, I, da Circular BCB 3.691, de 16 de dezembro de 2013 – e Adiantamento de Cambiais Entregues (ACE).

Ao longo do histórico do apoio às exportações brasileiras, há que se destacar o foco em produtos industriais e serviços, com vistas à diversificação da pauta exportadora. Embora a redução do viés antiexportador tenha norteado as políticas de apoio às exportações, não havia necessidade de *commodities*, que já contavam com inserção no mercado internacional e crédito privado de curto prazo, receberem prioridade das políticas de financiamento e equalização. No entanto, produtos industriais de alto valor agregado e, principalmente, a prestação de serviços passaram a ser foco de apoio governamental por todo o mundo. O processo de globalização, que proporcionou ganhos de escalas advindos da criação de mercados e empresas globais, associado à necessidade de geração de superávit e equilíbrio do balanço de pagamentos pelos países importadores de petróleo, nas décadas de 1970 e 1980, levou ao acirramento da competição por esses setores, principalmente nos países em desenvolvimento, onde há alto déficit de infraestrutura. Como destacam Loubergé e Maurer (1992, p. 12), em estudo sobre o papel das ECAs europeias:

Para muitos países, a exportação passou a ser o meio por excelência de estabilizar o balanço de pagamentos, com o consequente acirramento da concorrência internacional, o que agravou ainda mais a situação nesse setor na economia. Essa concorrência gerou, notadamente, a procura de novos mercados, e se dirigiu aos países em desenvolvimento, ou seja, aqueles cujas necessidades são maiores no que tange à criação de sua própria estrutura e ao desenvolvimento de sua industrialização. O volume deslocou-se então para os países que necessariamente precisam dispor de prazos de pagamento longos para honrar seus compromissos, o que motivou a competição nessa área.

Esse foi justamente o caso do Brasil, onde o apoio público às exportações de serviço e bens industriais de maior valor agregado teve como razões proporcionar a entrada das divisas necessárias ao equilíbrio do balanço de

pagamento e ao serviço da dívida externa (SIMONSEN, 1976) e, a partir da década de 1990, possibilitar a inserção internacional competitiva das empresas brasileiras. Sendo assim, o arcabouço e os procedimentos do sistema de apoio sempre estiveram voltados para cumprir tais objetivos. Além disso, como a exportação tem como contrapartida oficial nos registros do balanço de pagamentos a entrada de divisas, os documentos comprobatórios para financiamento e equalização, conforme histórico da legislação e dos normativos, são os documentos relacionados à comprovação da venda do produto brasileiro (embarque da mercadoria ou faturamento dos serviços), aos pagamentos (registros de câmbio e de entrada de divisas, títulos de crédito, contratos de financiamento) e às garantias do crédito.

Ao verificar a legislação desde a década de 1970 até os dias atuais e compará-la aos normativos do BNDES, é possível notar que objetivos, finalidades, valoração e documentos de análise e comprovação da efetiva exportação pelo Banco estão em linha com aqueles historicamente exigidos pela legislação. Não obstante, o BNDES solicita documentos adicionais, com vistas a apoiar seus objetivos de política de desenvolvimento e de incentivo à economia brasileira, buscando aumentar o impacto positivo de seus financiamentos, de forma a complementar a finalidade normatizada pelo formulador da política pública. No caso dos financiamentos às exportações de serviços, enquadram-se nesse contexto as exigências do BNDES quanto à incorporação de equipamentos e materiais brasileiros e à apresentação de relatórios de avanço físico e financeiro das obras e de pareceres jurídicos e ambientais.

O Apêndice apresenta informações detalhadas sobre diversos normativos oficiais (resoluções, decretos, circulares etc.) que tratam do apoio público às exportações brasileiras de serviços e disciplinam a atuação

dos diferentes órgãos envolvidos desde 1971. Há informações sobre os objetivos do apoio, documentos exigidos, modalidades de financiamento e atividades apoiadas. Adicionalmente, o Apêndice lista os documentos exigidos pelo Banco em seus financiamentos, demonstrando que os documentos comprobatórios das exportações exigidos pela instituição estão em conformidade com – e inclusive excedem – aqueles exigidos pela legislação brasileira nas últimas quatro décadas, conforme discutido no parágrafo anterior.

Ainda no Apêndice, é possível verificar que o apoio público à exportação de serviços, incluindo serviços de engenharia e construção, vem sendo normatizado desde o início da década de 1970. Apesar de diversas modificações e aprimoramentos ao longo do tempo, os princípios e procedimentos que nortearam o apoio mantiveram-se consistentes nesse período. De maneira geral, a leitura dessas normas explicita que o conceito de exportação de serviços sempre esteve associado a venda, comercialização ou receita no exterior por empresa brasileira (e não aos custos dos insumos da exportação).

Questionamentos ao apoio à exportação pelo BNDES por vezes partem do princípio de fiscalização dos custos dos insumos que compõem tal exportação e/ou da fiscalização da obra. No entanto, é necessário destacar que o cumprimento do objetivo do apoio à exportação ocorre pela ótica de país vendedor, cujo interesse é a realização da venda, e não pela ótica de país comprador, cujo interesse é a construção e o uso do empreendimento, na melhor qualidade, ao menor custo. Sendo assim, os documentos que comprovam a exportação para o financiador (ou para o sistema público de apoio) contemplam a verificação de relação comercial entre residentes e não residentes, de documentos de venda e recebimentos, e não abrangem análise, fiscalização ou crítica

do processo de produção do objeto do apoio, independentemente de se tratar de um bem ou de um serviço.

Para aprofundar a discussão do tema, a seguir são detalhadas algumas dessas normas, referentes às exportações de serviços e ao apoio às exportações pelo governo brasileiro.

Histórico das normas de exportação de serviços no Brasil

Segundo o *Guia Básico para Exportação de Serviços* do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic): “Exportação de serviços refere-se à produção, venda e entrega de um produto intangível entre produtor e consumidor, pessoa física ou jurídica, residentes ou domiciliados em países distintos.”

A publicação conjunta de seis agências internacionais¹⁴ *Manual on Statistics of International Trade in Services*, de 2002, em concordância com o GATS da Organização Mundial do Comércio (OMC), apresenta quatro modos pelos quais os serviços são negociados internacionalmente, tomando por base a localização do consumidor e do prestador dos serviços comercializados. Tais conceitos, utilizados mundialmente e em vigor desde janeiro de 1995, foram adotados pelo Brasil, por meio do Decreto Legislativo 30, de 15 de dezembro de 1994, e do Decreto 1.355, de 30 de dezembro de 1994, que incorporaram os Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do Acordo Geral de

¹⁴ Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Serviço de Estatística das Comunidades Europeias (Eurostat), Fundo Monetário Internacional (FMI), Divisão de Estatística das Nações Unidas (UNSD), Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) e Organização Mundial do Comércio (OMC).

Tarifas e Comércio (General Agreement on Tariffs and Trade – Gatt) e formam a base das modalidades de prestação de serviços contempladas pelo Siscoserv brasileiro, em vigor a partir de 2012. São eles:

- Modo 1 – comércio transfronteiriço: consumidor e prestador de serviços permanecem em seus respectivos países. Inclui serviços prestados via internet, consultorias técnicas e outros meios.
- Modo 2 – comércio envolvendo o movimento de consumidores: consumidor adquire o serviço no país do prestador. Inclui serviços de turismo, de hotelaria, de educação, médicos etc.
- Modo 3 – presença comercial: prestador de serviço se desloca para realizar os trabalhos no país do consumidor, como pessoa jurídica. Para tal, muitas vezes é necessária a abertura de filiais, sucursais, escritórios de representação etc.
- Modo 4 – movimento natural de pessoas: compreende o comércio envolvendo movimento de pessoas, no qual o provedor de serviços, ou seu funcionário, desloca-se temporariamente para o país do consumidor para realizar a prestação dos serviços.

Como destaca o citado manual, a mensuração do comércio de serviços é inerentemente mais complexa do que a mensuração do comércio de bens, dada a natureza intangível dos serviços. Nesse sentido, são essenciais a consulta a documentos e o uso de dados oficiais:

Some services are defined through abstract concepts rather than by any physical attribute or physical function. Unlike trade in goods, for trade in services there is no package crossing the customs frontier with an internationally recognised commodity code; a description of the contents; information on quantity, origin, and destination; an invoice; and an administrative system based on customs duty collection that is practised at assembling these data. The required information on services trade, once defined, is dependent on

reaching a common understanding of concepts with data providers. It depends on information that may be reported either from business accounting and record keeping systems or by individuals, and on a variety of data sources, including administrative sources, surveys, and estimation techniques (UNITED NATIONS *et al.*, 2002, p. 5).

No Brasil, a Resolução 68 do Conselho Nacional do Comércio Exterior (Concex), de 14 de maio de 1971, deu início ao financiamento das exportações de serviços brasileiros, ao permitir que a Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex) atuasse mediante a utilização de recursos do Finex, nas modalidades *supplier credit*¹⁵ e *buyer credit*.¹⁶ As exportações de serviços a serem apoiadas incluíam, além da venda de serviços de engenharia destinados a empreendimentos no exterior, estudos, projetos, pesquisas de mercado, promoção comercial e participação em feiras, bem como a implantação de escritórios, sucursais, subsidiárias, entrepostos, armazéns alfandegados e similares no exterior. Nos financiamentos desses serviços, mereciam prioridade aqueles que pudessem agregar a aquisição de produtos brasileiros para sua execução. Segundo Castro (1982), cada pedido de financiamento referente à venda de serviços de engenharia destinados à realização de empreendimento em país estrangeiro era analisado sob diversos aspectos, de forma a priorizar aqueles que propiciassem maior inserção de produtos brasileiros no mercado externo. Gastos com pessoal e material no exterior poderiam ser incluídos, desde que representassem um percentual pequeno em relação ao total.

Nessa mesma década, o Decreto-Lei 1.418, de 3 de setembro de 1975, estabeleceu incentivos fiscais às exportações de serviços e a

¹⁵ Segundo o item III, a, da citada resolução, a modalidade *supplier credit* é definida como o refinanciamento dos títulos representativos das vendas realizadas no exterior por empresário nacional, a prazo superior a 180 dias.

¹⁶ Segundo o item III, b, da citada resolução, a modalidade *buyer credit* é definida como o financiamento direto ao importador estrangeiro de produto brasileiro, para pagamento à vista no Brasil.

possibilidade de concessão de garantia ou contragarantia do Tesouro Nacional¹⁷ na prestação de serviços, na execução de obras ou fornecimento de bens de empresas brasileiras para o exterior, conforme transcrito a seguir:

Art. 1º - As pessoas jurídicas domiciliadas no País que realizarem venda, ao exterior, de serviços relacionados em ato do Ministro da Fazenda, farão jus aos incentivos fiscais previstos nos artigos 2º a 5º deste Decreto-lei.

§ 1º - As pessoas jurídicas de que trata este artigo poderão excluir do lucro tributável pelo imposto de renda os resultados obtidos com a venda dos serviços ao exterior, limitando o valor da exclusão ao montante do ingresso de divisas correspondentes.

§ 2º Será considerado como parcela de lucro obtida com a venda de serviços ao exterior o mesmo percentual do lucro tributável que as receitas de vendas de tais serviços representarem sobre a receita total da pessoa jurídica, obedecida a limitação do ingresso de divisas referida no parágrafo anterior.

Como é possível verificar, o legislador atribuiu especial relevância ao ingresso de divisas correspondentes às vendas de serviços ao exterior, que serve como justificativa e balizador para a não exigibilidade do crédito tributário decorrente da incidência do Imposto de Renda. Percebe-se, adicionalmente, que a referência de valor para a concessão dos incentivos previstos na legislação são as receitas de venda dos serviços. Ou seja, o preço pago ao exportador como contrapartida à prestação dos serviços. O preço de venda é utilizado também como referência de valor para os normativos que, ao longo do tempo, disciplinaram outros instrumentos públicos de apoio às exportações, tais como equalização

¹⁷ Segundo o artigo 4º do citado decreto-lei, a garantia tinha por finalidade a cobertura dos riscos de quebra de proposta ou inadimplemento contratual.

de taxa de juros e seguro de crédito à exportação, bem como os próprios financiamentos concedidos por meio de recursos orçamentários da União (Cacex/Finex e Proex).

Um importante referencial teórico a respeito do início do apoio do Estado brasileiro às exportações de serviços, em especial serviços de engenharia para obras públicas no exterior, é a palestra proferida pelo então Ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen, em seminário sobre o tema, ocorrido em Brasília, em 21 de outubro de 1976. Nesse evento, o ministro explicitou a importância do crescimento das exportações brasileiras para viabilizar o processo de ajuste do balanço de pagamentos e do endividamento externo. Além disso, apresentou a exportação de serviços de engenharia, principalmente para obras públicas no exterior, como um novo campo de absoluta importância para o país, em razão de seu *know-how* e sua vantagem comparativa, bem como indicou os mercados produtores de petróleo como aqueles a serem almejados. Essa declaração é relevante por explicitar claramente quais eram os objetivos e benefícios que os legisladores buscavam alcançar ao estabelecer o apoio estatal às exportações de serviços por meio do citado decreto-lei.

Sobre esse último tópico, o ministro iniciou sua palestra apontando as exportações de serviços como um campo promissor e lembrando os dois objetivos das exportações de um país, quais sejam: (i) encontrar mercado para os excedentes de sua produção; e (ii) gerar divisas para pagar suas importações. Lembrou, ainda, que, para um país em crescimento e absorvedor de capitais estrangeiros, o aumento das exportações é condição indispensável para arcar com os empréstimos contraídos e com o rendimento dos investimentos diretos externos. Por fim, reafirmou a importância da exportação de serviços para o desenvolvimento nacional.

Portanto, há um duplo aspecto na exportação: de um lado, a exportação como criadora de mercado, de uma parcela da produção, para parte do parque internacional; de outro lado, o papel simplesmente contábil, de pagador das importações, de sustentáculo da absorção de capitais estrangeiros de empréstimos e de risco. Se analisarmos a economia do país, para pesquisar qual desses dois papéis é o dominante, há um teste muito simples, que é o de examinar o sinal do saldo em conta-corrente do balanço de pagamentos.

(...)

um país motivado para a exportação, por fatores de demanda, deverá apresentar necessariamente um superávit em conta-corrente. Certamente, este não é o caso do Brasil. (...) Assim sendo, temos que verificar o segundo papel das exportações, que é o de viabilizar o pagamento das importações necessárias para o desenvolvimento da economia. E, por outro lado, o papel de viabilizar a absorção de empréstimos e de investimentos diretos.

(...)

Na oportunidade, lembraria que o Governo brasileiro, recentemente, baixou dois decretos-leis estabelecendo incentivos às exportações de serviços, na área, sobretudo, do Imposto de Renda: o Decreto-lei nº 1.418, de 3 de setembro de 1975, e o Decreto-lei nº 1.446, de 13 de fevereiro de 1976. Finalizando, desejaria deixar bem claro que, como exposto, a exportação de serviços é para nós um dos instrumentos prioritários para o equacionamento do próprio modelo de desenvolvimento nacional (SIMONSEN, 1976, p. 1-2, 8).

Até hoje, o Brasil se mantém como um país tradicionalmente deficitário em conta-corrente, com alguns episódios de superávit e vários episódios de crises de desvalorização ou restrições do balanço de pagamentos. Não obstante, há muito tempo os serviços de engenharia lograram ser um item positivo no balanço de pagamentos, um dos poucos que

contribuem para a redução do crescente déficit em conta-corrente e da necessidade de endividamento externo. Além disso, como destacado na citada palestra, o apoio à exportação de serviços iniciou-se também com o objetivo de diversificar a pauta exportadora brasileira, dando mais estabilidade à receita cambial. Considerando as atuais condições da balança comercial e o peso das *commodities* no total exportado, esse objetivo continua sendo fundamental para o país.

A Resolução BCB 509, de 24 de janeiro de 1979,¹⁸ que vigorou até 1991, foi o principal marco normativo para a autorização da aplicação de recursos do Finex no financiamento pela Cacex e na equalização de taxa de juros dos financiamentos às exportações brasileiras. Essa resolução permitiu a cobertura de gastos locais no exterior vinculados às exportações, até o limite de 20% do montante líquido de entrada de divisas, com vistas a seu ajustamento às condições vigentes para operações análogas nos mercados internacionais. Segundo essa norma, os financiamentos ou refinanciamentos eram abrangidos até o valor dos correspondentes pagamentos efetuados ao exportador brasileiro.

Em complemento à Resolução BCB 509, as normas administrativas da Cacex orientavam a obtenção dos benefícios às exportações.¹⁹ O Comunicado 9, de 2 de abril de 1982, descreveu da seguinte forma os financiamentos às exportações:

O sistema de financiamento à exportação brasileira abrange todas as fases do processo de exportações, desde a prospecção de mercado até a produção dos bens e comercialização externa, seja para bens de capital e de consumo

¹⁸ O teor da Resolução BCB 509 foi divulgado por meio das circulares 414 e 415, ambas de 24 de janeiro de 1979.

¹⁹ As normas administrativas da Cacex tinham por objetivo operacionalizar as resoluções do BCB, entre elas as resoluções BCB 509 e 674.

durável ou de serviços, através de vendas isoladas ou nas modalidades de projetos industriais integrados chave-na-mão (*turn key job*) ou pacotes de serviços (*turn key package*) (p. 42).

Entre as modalidades de financiamento à exportação disponíveis no Sistema de Financiamento à Exportação da Cacex, o comunicado identificou:

- Pré-financiamento à produção de bens para a exportação (capital de giro e bens de capital sob encomenda vendidos no exterior, de alto valor unitário) e pré-financiamento à exportação de serviços, para aquisição, no Brasil, de máquinas, equipamentos e serviços destinados à execução de obras e serviços no exterior.
- Financiamento de apoio e complementação (Finex) para promoção comercial no exterior,²⁰ exportação em consignação,²¹ constituição de empresas no exterior ou participação de empresa nacional no capital de firma sediada no estrangeiro, visando vendas externas brasileiras.
- Financiamento à exportação de bens e serviços (Finex) para venda a prazo, ao exterior, de:
 - bens de capital e de consumo durável;
 - estudos²² desvinculados de obras no exterior;
 - prestação de serviços isolados de assistência técnica, consultoria, gerência de empreendimentos ou montagem industrial; e

²⁰ A promoção comercial no exterior consiste na realização de análises e pesquisas de mercados externos, na promoção e divulgação de produtos nacionais no exterior e na organização e participação em feiras.

²¹ A exportação em consignação é destinada a assistir exportadores carentes de novos mercados, sem tradição no comércio internacional, ou exportadores de produtos que necessitem permanecer no exterior para demonstração, provas e testes.

²² Estudos de viabilidade, anteprojetos e projetos industriais ou de engenharia.

- projetos industriais integrados, na forma *turn key job*, e obras e serviços no exterior, incluindo na forma de *turn key package*.
- Outras modalidades de financiamento para ACC,²³ financiamento de mercadorias depositadas sob regimes de entrepostos aduaneiros e financiamento para encomenda ou aquisição de produtos destinados à exportação.
- Equalização de taxas de juros.

Entre os objetivos do apoio descritos no Comunicado 9 da Cacex, constam:

- garantir a crescente receita cambial necessária à importação de bens e serviços essenciais à promoção do desenvolvimento econômico nacional;
- induzir a produção em escala, com consequente melhoria da eficiência e aumento do número de empregos e do nível de renda;
- estimular o crescimento da empresa nacional; e
- facilitar a absorção de tecnologia e de poupança externa.

Embora os instrumentos de apoio da Cacex fossem mais vastos que os atualmente oferecidos pelo BNDES, os documentos listados para atestar o cumprimento da finalidade e comprovação da exportação consistiam basicamente em Registro do Exportador, Guia de Exportação,²⁴ Declaração de Exportação²⁵ e nota fiscal ou documento equivalente.²⁶

²³ O ACC consiste na celebração de contrato de câmbio com o objetivo de promover a antecipação parcial ou total ao exportador do valor em reais correspondente ao preço em moeda estrangeira da exportação a ser realizada.

²⁴ Preenchido pelo exportador e emitido pela Cacex.

²⁵ Preenchida pelo exportador para apresentação ao Serviço de Apoio à Exportação (Saexp).

²⁶ Os contratos de câmbio constavam dos dois primeiros documentos citados, conforme aspectos cambiais da operação.

Merece ser notado que a comprovação da efetiva exportação não incluía ou dependia da fiscalização do processo de execução de obras no exterior ou da verificação de preços unitários dos serviços vendidos. O foco era a caracterização da transação comercial entre residente e não residente, com consequente ingresso de divisas. A única menção à verificação de preços no Comunicado 9 refere-se a mercadorias e explicita como objetivo: “evitar a contratação de venda externa em condições **menos vantajosas**, que possam, inclusive, prejudicar as cotações dos produtos exportáveis” (p. 22, grifo nosso).

Quanto aos requisitos para habilitação nas linhas de financiamento da Cacex, Neves e Braga (1985, p. 38) informam:

No caso das exportações de serviços, as operações são submetidas à apreciação de um Comitê de Exportação de Serviços, criado junto ao Ministério da Fazenda, que poderá flexibilizar as condições do financiamento – prazos, taxas e juros, etc. – em função de vários fatores, tais como o risco do país comprador, o interesse político (inclusive de penetração em novos mercados), informações conhecidas sobre concorrentes, condições oferecidas pelos concorrentes, etc.

Quanto aos agentes autorizados a operar no sistema, a Circular BCB 1.392, de 7 de dezembro de 1988, referente à mesma Resolução BCB 509, comunicou que todos os bancos autorizados a operar em câmbio no país e as agências de bancos brasileiros no exterior estavam automaticamente credenciados a participar do sistema de apoio à exportação. Além disso, instituições financeiras no exterior que concedessem financiamentos ao importador para pagamento de parcela à vista ao exportador brasileiro também poderiam ser credenciadas pelo BCB. Essa circular reiterava a abrangência dos benefícios de equalização para os financiamentos efetuados: (i) diretamente ao exportador brasileiro, antes ou depois do embarque da mercadoria; (ii) ao importador, no

exterior, para pagamento à vista ou antecipado ao exportador brasileiro; e (iii) para cobertura dos gastos locais, no exterior, sempre que vinculados a exportações brasileiras.

Em 1991, depois da revogação da Resolução BCB 509, entraram em vigor as resoluções BCB 1.844 e 1.845, ambas de 31 de julho de 1991, que estabeleceram novas regras a serem observadas nas operações de financiamento e equalização de taxa de juros das exportações brasileiras de bens e serviços, com recursos orçamentários do Proex, conforme o disposto na Lei 8.187, de 1º de junho de 1991. A referida lei autorizava a concessão de financiamento à exportação de bens e serviços nacionais, permitindo ao Tesouro Nacional pactuar, até mesmo, encargos financeiros inferiores ao respectivo custo de captação do Proex, de forma a aumentar a competitividade das exportações brasileiras. Tendo em vista a abertura da economia, iniciada no ano anterior, o aumento da competitividade das empresas brasileiras perante a concorrência externa tornou-se um objetivo explícito das políticas de comércio exterior.

A Resolução BCB 1.844, por sua vez, estabeleceu as regras básicas relativas aos financiamentos de bens e serviços das exportações brasileiras ao amparo do Proex. Segundo a resolução, a assistência financeira do Proex consistia em: (i) desconto de títulos, no caso de exportação de bens; e (ii) financiamento, no caso de exportações de serviços.²⁷ Como contrapartida para as operações de bens, constava somente a prévia comprovação do ingresso de divisas no país, referente à parcela não financiada. Para as operações de serviços, a concessão do financiamento seria definida, caso a caso, por um comitê a ser instituído pelo

27 Segundo o artigo 2º, parágrafo único, da citada resolução, excepcionalmente, era permitida a concessão de financiamento para exportações de bens, quando destinadas a governos.

ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento. Por fim, a resolução também permitia que os bancos autorizados a operar em câmbio, bem como o BNDES e a Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME),²⁸ pudessem conceder, com recursos próprios, empréstimos para as exportações de bens e serviços, observadas as normas do BCB.

Já a Resolução BCB 1.845 de 1991 estabeleceu as regras básicas para a concessão da equalização, estendendo pela primeira vez a cobertura a operações do BNDES e da FINAME, que naquele ano passaram a apoiar as exportações de bens. Esta última resolução manteve ainda a cobertura da equalização aos bancos autorizados a operar com câmbio no país e aos estabelecimentos de crédito e financeiros no exterior, para créditos concedidos tanto na modalidade *buyer* como na *supplier credit*, em moeda nacional ou estrangeira. Todavia, vedou a concessão de equalização aos financiamentos destinados à cobertura da parcela de exportação paga à vista. À semelhança da Resolução BCB 1.844, estabeleceu que as condições de equalização para os financiamentos à exportação de serviços, navios e aeronaves seriam estabelecidas, caso a caso, por comitê a ser instituído pelo ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.

Outra norma que deve ser citada é a Resolução BCB 2.214, de 29 de novembro de 1995. Segundo disposto em seu artigo 7º, para a emissão dos títulos públicos de equalização, havia exigência somente da comprovação, ao Banco do Brasil, do embarque das mercadorias, da liquidação dos contratos de câmbio referentes à parcela à vista ou ao valor total da exportação paga em moeda estrangeira, e/ou do crédito em

28 A FINAME é uma empresa pública federal, subsidiária do BNDES, constituída sob a forma de sociedade anônima.

conta-corrente do exportador dos valores em moeda nacional (em casos de financiamentos concedidos em moeda nacional). Destaque-se que foi nesse ano que passou a vigorar, no Brasil, o conceito de exportação de serviços acordado internacionalmente no âmbito do GATS, como já comentado no início desta seção.

Na sequência, em 18 de dezembro de 1997, foi emitida a Resolução BCB 2.452, que estabeleceu novas regras para a destinação de recursos orçamentários para o pagamento de equalização e regras especiais para as operações de financiamento às exportações realizadas pelo BNDES e pela FINAME, que iniciavam seu apoio no segmento de serviços. Convém citar, dessa resolução, os artigos 2º e 5º, que estabelecem a autorização para o Banco operar no financiamento às exportações de serviços e os documentos comprobatórios exigidos para o benefício da equalização, que incluem:

- fatura comercial emitida pela exportadora no valor das exportações brasileiras realizadas, com a expressão “de acordo” aposta pelo importador no corpo da fatura;
- relação dos registros de embarques averbados pela Secretaria da Receita Federal, se for o caso, elaborada pela empresa exportadora mencionando o número da fatura correspondente;
- carta emitida pela empresa exportadora, visada pelo importador, indicando os serviços prestados, os percentuais de avanço físico do projeto e valores correspondentes e o número da respectiva fatura, a fim de que os eventos relacionados possam ser claramente identificados;
- declaração emitida pelo importador atestando que os desembolsos realizados guardam compatibilidade com o cronograma físico do projeto e que os recursos destinados à equalização não

estão sendo utilizados para equalizar o financiamento de gastos locais ou realizados em terceiros países;

- contrato de financiamento e respectivas autorizações de desembolso emitidas pelo importador, quando se tratar de operação *buyer credit*; e
- comprovação do crédito, em conta do exportador, dos valores em moeda nacional correspondentes aos valores financiados.

Note-se que os documentos e declarações listados ainda integram o rol de documentos exigidos pelo BNDES e pelo Proex para a comprovação das exportações financiadas. Outro ponto importante é que, entre os normativos pesquisados, este foi o primeiro que restringiu a utilização da equalização para o financiamento de gastos locais e em terceiros países. Tendo em vista as pressões cambiais na época, consolidou-se a sistemática de financiamento com desembolsos em reais ao exportador e posterior ingresso de divisas.

Em normativos mais recentes, como a Portaria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic) 208, de 20 de outubro de 2010, que trata do Proex Financiamento²⁹ e Equalização, são listados os seguintes documentos para a aprovação do apoio a exportações de serviços:

- descrição detalhada dos serviços, identificação do importador, datas previstas para início e fim da operação e o estágio em que se encontram as negociações para formalização do contrato comercial;

²⁹ A título de exemplo da importância do Proex Financiamento, em dezembro de 2006, este contava com um estoque de US\$ 1,6 bilhão em financiamentos de exportações de serviços, dos quais US\$ 1,24 bilhão correspondiam a operações com Angola.

- etapas desenvolvidas no país e no exterior e bens vinculados à operação de exportação;
- cronograma de execução dos serviços e desembolso do financiamento, incluindo recursos de outras origens;
- cópia de edital de licitação, quando houver; e
- informações pelas demais empresas, quando houver, e condições de financiamento (financeiras, garantias etc.).

Já para a comprovação das exportações financiadas, é exigida a apresentação de:

- fatura comercial, com a concordância do importador;
- carta emitida pela exportadora e visada pelo importador, indicando os serviços prestados, os percentuais de avanço físico do projeto e os valores correspondentes e o número da respectiva fatura;
- comprovação da liquidação dos contratos de câmbio relativos à parcela à vista;
- declaração do importador atestando que os desembolsos realizados guardam compatibilidade com o cronograma físico da operação e que os recursos do Proex não estão financiando gastos locais ou de terceiros países; e
- títulos representativos da parcela financiada da exportação ou autorização de desembolso emitida pelo importador.

A Resolução Camex 126, de 26 de dezembro de 2013, emitida depois do início da operação do Siscoserv, estabeleceu as condições de comercialização das operações ao amparo do Proex e apresentou, como condições para o financiamento, exigências semelhantes às listadas na

Portaria Mdic 208, com acréscimo da descrição dos serviços, tendo por base a NBS, e do registro nos módulos de venda do Siscoserv.

Portanto, como se pode depreender das normas, os princípios que nortearam o apoio do BNDES à exportação de serviços estão em linha com aqueles explicitados nas normas dos diversos órgãos que compuseram historicamente o sistema brasileiro de apoio às exportações,³⁰ desde seu início, com a concessão dos primeiros incentivos fiscais e creditícios, até o momento atual de implantação e o aprimoramento do Siscoserv. Esses princípios incluem:

- Objetivos: ampliação de mercado externo para produtos brasileiros, entrada de divisas e equilíbrio no balanço de pagamentos e abertura e ampliação do mercado para subfornecedores brasileiros por meio das grandes empresas prestadoras de serviços no exterior.
- Finalidade: comercialização ou venda do serviço.
- Valor apoiado: percentual do valor de venda.
- Comprovação: por via documental, incluindo faturas do exportador e aceites do importador, documentos de embarque e documentos que evidenciem a entrada de divisas.

Esse entendimento é corroborado pela Resolução Camex 5, de 15 de fevereiro de 2018, que define as exportações de serviços elegíveis aos mecanismos de apoio oficial ao crédito à exportação como aquelas realizadas por pessoa física ou jurídica domiciliada no Brasil (incluindo suas sucursais e filiais) a pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, cujo uso, exploração ou aproveitamento ocorra no exterior, ainda

³⁰ Esses conceitos estão em linha também com normativos de importação e exportação de serviços, bem como com a literatura internacional.

que a entrega dos serviços se estabeleça no território nacional. Em seu artigo 2º, a citada resolução estabelece que a comprovação da exportação de serviços em operações de crédito à exportação se dê, conforme aplicável, com a apresentação de cópias de documentos decorrentes da prestação de serviços e da existência do crédito, quais sejam:

- o contrato de financiamento;
- títulos de crédito;
- o contrato comercial ou outro documento que evidencie a relação comercial;
- as respectivas faturas comerciais referentes à prestação de serviços; o registro de venda e faturamento no Siscoserv; e
- o RC.

Como visto, o sistema de apoio à exportação sempre teve um viés de abertura de mercado para empresas e subfornecedores brasileiros, para geração de divisas, diversificação da pauta exportadora, estabilidade da receita cambial e, conseqüentemente, do balanço de pagamentos. Esses objetivos, associados ao fomento da cadeia de fornecedores e à geração de emprego e renda no Brasil, são os perseguidos pelo BNDES. Ao financiar a venda dos serviços brasileiros, o Banco atua como agente promotor da exportação, e não como banco ou agência de desenvolvimento internacional. É por essa razão que o BNDES, assim como todo o sistema brasileiro de apoio público às exportações, tem como objetivo maximizar o valor das exportações do país.³¹

No entanto, visando a boa aplicação do recurso, as boas práticas de financiamento e a melhor eficácia da política de desenvolvimento

³¹ E não fiscalizar o processo de elaboração dos produtos exportados ou, mesmo, controlar os preços a serem pagos pelo importador estrangeiro.

e industrial, ao longo do tempo, o Banco veio aprimorando suas exigências. Tais aprimoramentos foram vanguarda nas exigências do sistema de apoio à exportação brasileiro e contribuíram para sua evolução. São exemplos disso o estabelecimento de um valor mínimo de exportação de bens ou serviços especializados,³² a exigência de contratação de consultoria para apoiar o acompanhamento das exportações, especialmente dos itens que compõem os serviços exportados, relatórios de avanços físicos e financeiros dos empreendimentos e os diversos pareceres jurídicos e declarações exigidas nas operações de financiamento.³³

Portanto, quando se analisam os objetivos e procedimentos adotados pelo BNDES à luz (i) dos objetivos propostos pelo legislador; (ii) dos procedimentos exigidos pelas instâncias responsáveis pela formulação, regulação e implementação das políticas cambial e de comércio exterior (BCB,³⁴ Camex³⁵ e Mdic³⁶) e adotados pelos participantes do sistema público de apoio no Brasil (BNDES, Proex Financiamento e Equalização, SCE e Cacex); e (iii) daqueles objetivos e procedimentos desenvolvidos por ECAs internacionais, conclui-se que os conceitos utilizados pelo

³² Com o objetivo de incentivar a aquisição de insumos brasileiros pelas empresas exportadoras de serviços de construção, ampliando o conteúdo nacional associado a essa exportação. Tal ação visa fomentar a inserção no mercado externo de produtos brasileiros associados a obras de engenharia, à formação/fortalecimento de uma rede de empresas brasileiras fornecedoras para obras no exterior, bem como à diversificação da base exportadora nacional.

³³ Esses documentos visam fornecer informações para o BNDES que auxiliem na melhoria da política pública (tais como o relatório de acompanhamento e pareceres socioambientais), na qualidade do crédito e na devida aplicação dos recursos (pareceres jurídicos e declarações).

³⁴ Autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda, responsável pela regulação e fiscalização do mercado de câmbio e principal executor da política cambial, definida pelo Conselho Monetário Nacional.

³⁵ Órgão integrante da Presidência da República, que tem por objetivos formulação, adoção, implementação e coordenação de políticas e atividades relativas ao comércio exterior de bens e serviços, incluindo o turismo, com vistas a promover o comércio exterior, os investimentos e a competitividade internacional do Brasil.

³⁶ Órgão integrante da estrutura da administração pública federal direta que tem por missões formular, executar e avaliar políticas públicas para a promoção da competitividade, do comércio exterior, do investimento e da inovação nas empresas e do bem-estar do consumidor.

Banco atendem às exigências legais e que os procedimentos adotados são até mesmo mais rígidos que os de seus pares, tendo em vista as restrições impostas (mínimo de bens, ausência de financiamento para os insumos adquiridos no país da obra ou em terceiros países, vedação de financiamento aos gastos locais etc.) e os documentos adicionais solicitados (relatórios e pareceres anteriormente mencionados).

Caracterização das exportações de serviços

O entendimento sobre exportação de serviços adotado pelo BNDES decorre de interpretação sistemática de diversas normas que tratam de tributação e de procedimentos administrativos aplicáveis a esse tipo de exportação.³⁷ Tendo como referência as normas tributárias, pode-se definir a exportação de serviços como a prestação de serviços à pessoa localizada em território estrangeiro e cujos efeitos resultantes dessa prestação se produzam no exterior.

Nesse contexto, a exportação de serviços caracteriza-se pela existência dos seguintes documentos: (i) instrumento comercial celebrado entre o exportador e o importador, para a prestação de serviços cujo resultado se verifique no exterior; (ii) fatura referente à prestação dos serviços estipulados no contrato comercial, emitida pelo exportador e aceita pelo importador; e (iii) RC, contendo as informações de caráter comercial, financeiro e cambial das exportações financiadas. A título de

³⁷ Este conceito decorreria das previsões: (i) do Decreto Federal 1.355/1994 – que internalizou no ordenamento jurídico brasileiro o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços GATS, da Organização Mundial do Comércio; (ii) dos artigos 149, 155 e 156 da Constituição Federal – no que disciplinam a não incidência das contribuições sociais e tributos estaduais e municipais –; (iii) do artigo 3º da Lei Complementar 87/1996 – que dispõe sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) –; (iv) do artigo 5º da Lei 10.637/2002 – que dispõe sobre a não cumulatividade na cobrança de contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), entre outras –; (v) do artigo 6º da Lei 10.833/2003 – que dispõe sobre a não cumulatividade na cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), entre outras –; (vi) do artigo 2º da Lei Complementar 116/2003 – que dispõe sobre o Imposto sobre Serviços (ISS); e (vii) da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – Recurso Especial 831.124/RJ e Agravos em Recurso Especial 589.074/SC e 587.403/RS.

comparação, a exportação de um bem requer uma condição adicional, que é o registro de sua saída física do território nacional, o que se faz por meio da averbação do RE no Siscomex.

Além dos documentos mencionados acima, atualmente, o exportador deve também efetuar o registro de todas as suas exportações de serviços no Siscoserv, instituído pela Portaria Conjunta da Receita Federal do Brasil (RFB) e da Secretaria de Comércio e Serviços (SCS) 1.908, de 19 de julho de 2012, que regulamenta as obrigações previstas na Lei Federal 12.546, de 14 de dezembro de 2011. Para fins de registro no Siscoserv, os serviços são classificados com base na NBS e suas respectivas notas explicativas (Nebs). Sua elaboração teve por base a Central Product Classification (CPC 2.0) da Organização das Nações Unidas, classificador utilizado em todos os acordos comerciais firmados e em negociação pelo Brasil, e sua publicação ocorreu por meio do Decreto Federal 7.708, de 2 de abril de 2012. Trata-se de um conceito análogo ao da NCM, classificação usada para identificar bens e que se baseia no Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH).

À semelhança do procedimento previsto no Siscomex, no módulo venda do Siscoserv é exigido que o exportador efetue o registro dos dados referentes à venda do serviço – ou seja, do contrato de prestação de serviços (RVS) –, o registro do faturamento decorrente do contrato de prestação de serviços (RF) e o registro da receita total da prestação de serviços efetuados por meio de presença comercial no exterior (RPC), um por cada filial, subsidiária ou sucursal, ainda que no mesmo país.

Foram os avanços decorrentes da implantação do Siscoserv e da NBS que permitiram evidenciar melhor a analogia entre a exportação de

bens e a exportação de serviços de engenharia, ao caracterizar o serviço prestado no exterior por uma empresa brasileira, na prática, como um “bem” que está sendo construído no exterior. Até então, a descrição da exportação no RC diferenciava bens e serviços exportados, com a identificação do correspondente ingresso de divisas.

Na exportação de bens, o RE é suficiente para definir o valor do financiamento. Do mesmo modo, na exportação de serviços, é suficiente o RVS de um contrato de prestação de serviços, sendo os demais parâmetros resultantes de políticas internas do BNDES, tais como o índice de nacionalização, o valor mínimo de exportação de bens etc. Assim, se considerados os parâmetros consignados pelo Siscoserv, a análise de custos do contrato comercial não é referencial adequado para a definição do valor exportado – e, conseqüentemente, do valor do financiamento. Esses valores encontram-se referenciados no montante pago pelo serviço, ou seja, no valor da comercialização ou preço de venda do produto brasileiro no exterior.

Conclusão

Em todo o mundo, o sistema de crédito à exportação conta com apoio governamental, por meio de políticas públicas de financiamento de longo prazo ao comércio exterior. Dentre as razões para a participação pública no setor, destaca-se a existência de riscos, principalmente políticos, que não são bem absorvidos pelo setor privado, sendo considerados falhas de mercado.

Financiamentos de longo prazo, a juros internacionais, são estratégicos para garantir a competitividade de um país no comércio mundial, nos

setores de maior valor agregado. No Brasil, não é diferente, e os programas brasileiros de financiamento público têm buscado dar suporte a suas exportações, sobretudo de bens e serviços industriais e de alto valor agregado.

O atual desenho institucional do sistema público voltado para o comércio exterior vem evoluindo. Em que pese que algumas fragilidades possam ser encontradas no atual modelo de apoio às exportações, cabe ressaltar que a estruturação no Brasil dos mecanismos de financiamento, seguro e garantia ao crédito à exportação é uma área muito recente na agenda governamental, quando comparada com os países desenvolvidos. A busca pela melhora das condições de apoio às atividades exportadoras, perante a dinâmica do mercado internacional, faz com que os programas de apoio à exportação devam ser aperfeiçoados constantemente.

Nesse sentido, este trabalho apresentou o histórico brasileiro de apoio público à exportação, em especial à exportação de serviços de engenharia, com ênfase nos normativos que regem a definição e a comprovação dessas exportações de serviços. Apesar de já existirem alguns estudos sobre o assunto, principalmente no intuito de analisar as políticas públicas direcionadas às exportações de bens, a pesquisa e a sistematização do arcabouço legal que envolve as exportações de serviços ainda não haviam sido totalmente exploradas.

Adicionalmente, o artigo buscou demonstrar como o BNDES se insere no contexto de evolução do apoio público à exportação e como as definições aplicadas, as práticas e os documentos exigidos estão em linha com as definições normativas nacional e internacional.

Assim, pretendeu-se contribuir para o debate sobre tal apoio público e o fortalecimento das políticas públicas de comércio exterior brasileiras.

Referências

BONELLI, R.; VEIGA, P. M.; BRITO, A. *As políticas industrial e de comércio exterior no Brasil: rumos e indefinições*. Rio de Janeiro: Ipea, 1997. (Texto para Discussão n. 527.)

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Circular nº 414, de 24 de janeiro de 1979*. Brasília, DF: Diretoria, [20--?]. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/40610/Circ_0414_v1_O.pdf. Acesso em: 15 fev. 2018.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Circular nº 415, de 24 de janeiro de 1979c*. Brasília, DF, [20--?]. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/40611/Circ_0415_v1_O.pdf. Acesso em: 15 fev. 2018.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Circular nº 3.691, de 16 de dezembro de 2013*. Regulamenta a Resolução nº 3.568 [...] que dispõe sobre o mercado de câmbio e dá outras providências. [Brasília, DF]: Diretoria Colegiada, [2014]. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/48815/Circ_3691_v1_O.pdf. Acesso em: 15 fev. 2019.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Circular nº 1.392, de 7 de dezembro de 1988*. Brasília, DF: Diretoria, [20--?]. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=Circ&ano=1988&numero=1392>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Resolução nº 1.844, de 31 de julho de 1991*. Estabelece as normas básicas relativas aos financiamentos das exportações brasileiras ao amparo do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX). Brasília, DF: Presidência [20--?]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o&data=1980&numero=1844>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Resolução nº 1.845, de 31 de julho de 1991*. Estabelece as normas básicas a serem observadas na equalização de taxas de juros relativas às exportações brasileiras. Brasília, DF: Presidência, [20--?]. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=Res&ano=1991&numero=1845>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Resolução nº 2.214, de 29 de novembro de 1995*. No art. 2º da Lei nº 8.187, de 1º. 06.91, em operações amparadas pelo Programa de Financiamento às Exportações – PROEX. Brasília, DF: Presidência, [20--?]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=Res&ano=1995&numero=2214>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Resolução nº 2.380, de 25 de março de 1997*. Redefine critérios aplicáveis ao previsto no art. 2º da Lei nº 8.187, de 1.6.91, em operações amparadas pelo Programa de Financiamento às Exportações – PROEX. Brasília, DF: Presidência, [20--?]. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/45621/Res_2380_v1_O.pdf. Acesso em: 19 fev. 2019.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Resolução nº 2.452, de 18 de dezembro de 1997a*. Programa de Financiamento às Exportações - PROEX - BNDES e FINAME - Destinação de recursos orçamentários para o pagamento de equalização e estabelecimento de regras especiais para a condução das operações de financiamento às exportações realizadas pelo BNDES e FINAME. Brasília, DF: Presidência, [20--?]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o&data=1997&numero=2452>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Resolução nº 2.490, de 30 de abril de 1998*. Permite que o valor das exportações amparadas pelo Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) seja financiado com utilização conjunta das modalidades previstas nas Resoluções nºs 2.380, de 25.4.97, 2.224, de 20.12.95, e 2.381, de 25.4.97. Brasília, DF: Presidência, [20--?]. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/45380/Res_2490_v1_O.pdf. Acesso em: 15 fev. 2018.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Resolução nº 2.576, de 30 de abril de 1998a*. Permite que o valor das exportações amparadas pelo Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) seja financiado com utilização conjunta das modalidades previstas nas Resoluções nºs 2.380, de 25.4.97, 2.224, de 20.12.95, e 2.381, de 25.4.97. Brasília, DF: Presidência, [20--?]. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/45380/Res_2490_v1_O.pdf. Acesso em: 15 fev. 2018.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Resolução nº 2.799, de 6 de dezembro de 2000*. Redefine os critérios aplicáveis às operações do sistema de equalização

de taxas de juros do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX. Brasília, DF: Presidência, [2001]. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/47216/Res_2799_v1_O.pdf. Acesso em: 15 fev. 2018.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Resolução nº 4.063, de 12 de abril de 2012a*. Altera e consolida as normas aplicáveis às operações do sistema de equalização de taxas de juros do Programa de Financiamento às Exportações (Proex). Brasília, DF: Presidência, [2012]. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/49211/Res_4063_v1_O.pdf. Acesso em: 15 fev. 2018.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Resolução nº 509, de 24 de janeiro de 1979a*. Brasília, DF: Presidência, [20--?]. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?numero=509&tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o&data=24/1/1979>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Resolução nº 674, de 22 de janeiro de 1981*. Brasília, DF: Presidência, [20--?]. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/41594/Res_0674_v1_O.pdf. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. *Agravos em Recurso Especial 587.403 – RS, de 18 de outubro de 2016*. Brasília, DF: Superior Tribunal de Justiça, [2017]. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Twc6-VJ40vcj:www.iuscomex.com.br/site/files.php%3Fid%3D3816+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 19 fev. 2019.

BRASIL. *Agravos em Recurso Especial nº 589.074/SC, de 20 de outubro de 2014*. Brasília, DF: Superior Tribunal de Justiça, [2015]. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Twc6-VJ40vcj:www.iuscomex.com.br/site/files.php%3Fid%3D3816+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 19 fev. 2019.

BRASIL. *Ato Complementar nº 37, de 14 de março de 1967*. Estabelece para os Estados e Municípios uma política comum em matéria do imposto de circulação de mercadorias. Brasília, DF: Presidência da República, [20--?]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ACP/acp-34-67.htm. Acesso em 18 fev. 2019.

BRASIL. *Comunicado nº 9 – Normas administrativas que orientam as exportações*. [S.l.]: Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil, 2 abr. 1982.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. *Decreto Federal nº 7.708, de 2 de abril de 2012*. Institui a Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio - NBS e as Notas Explicativas da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio – NEBS. Brasília, DF: Presidência da República, [2012]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7708.htm. Acesso em: 15 fev. 2018.

BRASIL. *Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994*. Aprova a Ata Final da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, as listas de concessões do Brasil na área tarifária (Lista III) e no setor de serviços e o texto do Acordo Plurilateral sobre Carne Bovina (*). Brasília, DF: Congresso Nacional, [20--?]. Disponível em: http://www.lex.com.br/doc_32804_DECRETO_LEGISLATIVO_N_30_DE_15_DE_DEZEMBRO_DE_1994.aspx. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. *Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994*. Promulga a Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT. Brasília, DF: Presidência da República, [20--?]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1994/decreto-1355-30-dezembro-1994-449684-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. *Decreto nº 53.967, de 16 de junho de 1964*. Regulamenta o art. 37 da Lei n. 3.244, de 14 de agosto de 1957, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [20--?]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53967-1964-383976-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966*. Dispõe sobre o imposto de importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [20--?]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0037.htm. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 491, de 5 de março de 1969*. Estímulos fiscais à exportação de manufaturados. Brasília, DF: Presidência da República, [20--?]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0491.htm. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 1.418, de 3 de setembro de 1975*. Concede incentivos fiscais à exportação de serviços e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [20--?]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1418.htm. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. *Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003*. Dispõe sobre o imposto sobre serviços de qualquer natureza, de competência dos municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp116.htm. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. *Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996*. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [20--?]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp87.htm. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. *Lei Federal nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011*. Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra); dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) à indústria automotiva; altera a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que menciona; [...]; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2012]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/L12546.htm. Acesso em: 15 fev. 2018.

BRASIL. *Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002*. Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [20--?]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10637.htm. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. *Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003*. Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2003/L10.833.htm. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. *Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012*. Altera as leis nºs 12.096, de 24 de novembro de 2009, 12.453, de 21 de julho de 2011, para conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, 9.529, de 10 de dezembro de 1997, 11.529, de 22 de outubro de 2007, para incluir no Programa Revitaliza do BNDES os setores que especifica, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 7.972, de 22 de dezembro de 1989, 12.666, de 14 de junho de 2012, 10.260, de 12 de julho de 2001, 12.087, de 11 de novembro de 2009, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.849, de 23 de março de 2004, e 6.704, de 26 de outubro de 1979, as medidas provisórias nos 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, e 2.157-5, de 24 de agosto de 2001; dispõe sobre financiamento às exportações indiretas; autoriza a União a aumentar o capital social do Banco do Nordeste do Brasil S.A. e do Banco da Amazônia S.A.; autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF; autoriza a União a conceder subvenção econômica nas operações de crédito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE; autoriza a União a participar de fundos dedicados a garantir operações de comércio exterior ou projetos de infraestrutura de grande vulto; revoga dispositivos das leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 12.545, de 14 de dezembro de 2011; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2012]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12712.htm. Acesso em: 15 fev. 2018.

BRASIL. *Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964*. Dispõe Sobre o Imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas. Brasília, DF: Presidência da República, [20--?]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4502.htm. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. *Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966*. Dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior, cria o Conselho Nacional do Comércio Exterior, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [20--?]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5025.htm. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. *Lei nº 6.704, de 24 de outubro de 1979*. Dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [20--?]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6704.htm. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. *Lei nº 8.187, de 1º de junho de 1991*. Autoriza a concessão de financiamento à exportação de bens e serviços nacionais. Revogada pela Lei nº 10.184, de 2001.

Brasília, DF: Presidência da República, [20--?]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8187.htm. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. *Portaria nº 208, de 20 de outubro de 2010*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, [2011]. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1287751168.pdf. Acesso em: 15 fev. 2018.

BRASIL. *Portaria Conjunta RFB/SCS, nº 1.908, de 19 de julho de 2012c*. Institui o Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv) e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 31, 20 jul. 2012. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=38371>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BRASIL. *Recurso Especial nº 831.124/RJ, de 15 de agosto de 2006*. Brasília, DF: Superior Tribunal de Justiça, [2006]. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/stj-exportacao-servico-resp-831124.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. *Resolução nº 5, de 15 de fevereiro de 2018*. Fixa diretrizes aos mecanismos de apoio oficial ao crédito à exportação nas exportações de serviços. [S.l.]: Presidência do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, 2018a. Disponível em: <http://www.camex.gov.br/noticias/62-resolucoes-da-camex/em-vigor/1976-resolucao-n-05-de-15-de-fevereiro-de-2018>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BRASIL. *Resolução nº 68, de 14 de maio de 1971*. In: CASTRO, J. A. *Incentivos creditícios à exportação*. 6. ed. Rio de Janeiro: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, 1982.

BRASIL. *Resolução nº 126, de 26 de dezembro de 2013b*. Estabelece as condições de comercialização das operações ao amparo do Programa de Financiamento às Exportações – PROEX. [S.l.]: Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior, 2013. Disponível em: <http://www.camex.gov.br/uncategorised/62-resolucoes-da-camex/em-vigor/1301-resolucao-n-126-de-26-de-dezembro-de-2013>. Acesso em: 15 fev. 2018.

CASTRO, J. A. *Incentivos creditícios à exportação*. 6. ed. Rio de Janeiro: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, 1982.

CATERMOL, F. Agências de crédito à exportação: o papel de instituições oficiais no apoio à inserção internacional de empresas. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 30, p. 5-38, dez. 2008.

CATERMOL, F.; CRUZ, L.E.M. *Lógica de atuação e efetividade das agências de crédito à exportação*. Rio de Janeiro: BNDES, 2017. (Textos para Discussão, n. 115).

LOUBERGÉ, H.; MAURER, P. *Financiamento e seguro de crédito à exportação: aspectos teóricos e práticos nos países europeus*. Tradução Sieni Maria Campos. Rio de Janeiro: Funenseg, 1992.

NEVES, R. B.; BRAGA, H. C. *O sistema brasileiro de financiamento às exportações*. Rio de Janeiro: Ipea, 1985. (Série monográfica, n. 34).

PINHEIRO, A. C. *et al.* *Incentivos fiscais e creditícios às exportações brasileiras: resultados setoriais para o período 1890-91*. Brasília: Ipea, 1993. (Texto para Discussão, n. 300).

PINTO, M. A. C. *et al.* *A equalização de taxas de juros como instrumento de promoção das exportações brasileiras de bens de capital no período 1994-2005*. Rio de Janeiro: Ipea, 2008.

SIMONSEN, M. H. *A exportação de serviços*. In: SEMINÁRIO SOBRE EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS, promovido pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Financiadora de Estudos e Projetos. Brasília, DF, out. 1976. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 1976.

UNITED NATIONS *et al.* *Manual on statistics of international trade in services*. Geneva, Luxembourg, New York, Paris, Washington, D.C., 2002. (Statistical Papers, Series M, n. 86).

VEIGA, P. M.; IGLESIAS, R. M. *Políticas de incentivo às exportações no Brasil entre 1964 e 2002: resenha de estudos selecionados*. Brasília, DF: Ministério da Fazenda – Secretaria de Assuntos Internacionais, 2003. (Série Temas de Economia Internacional).

Apêndice: Normativos referentes à exportação de serviços brasileiros

Normativo	Resolução Concex 68/1971
Objetivos	Permite que a Cacex financie a médio e longo prazo as exportações de bens (manufaturados) e serviços (apoio e complementação) mediante a utilização de recursos do Finex.
Modalidades, beneficiários ou abrangência do apoio	Financiamento direto à exportação, via refinanciamento dos títulos de vendas realizadas no exterior por empresário nacional; financiamento direto ao importador, para pagamento à vista no Brasil ao exportador; e financiamento à exportação em consignação.
Atividades de serviços apoiadas	Estudos e pesquisas de mercado; promoção e comercialização no exterior; venda de estudos, projetos técnico-econômicos e de engenharia destinados a empreendimento no exterior; impressão, transporte e distribuição no exterior de material de propaganda e divulgação; participação em feiras; abertura e instalação de escritórios, sucursais, depósitos e subsidiárias, bem como implantação, aluguel ou arrendamento de entrepostos, armazéns alfandegados e similares no exterior. Inclui fretes e seguros, até de navios de bandeira estrangeira, quando não houver opção brasileira.
Valor de referência do apoio à exportação de serviços	Valor faturado (incluindo fretes e seguros).
Agentes credenciados a operar nas modalidades	Cacex; e bancos autorizados a operar em câmbio.
Restrições ao apoio	Limitado a 85% do valor faturado, nas operações de refinanciamento de títulos, devendo a parcela de 15% ser paga à vista até o embarque pelo importador.

(Continua)

(Continuação)

Normativo	Resolução Concex 68/1971
Documentos mencionados para recebimento do benefício ou comprovação das exportações	Não descritos. Obs.: As aplicações e condições específicas ficaram a cargo da Cacex (artigo XI – Disposições Gerais).
Normativo	Decreto-Lei 1.418/1975
Objetivos	Concede incentivos fiscais à exportação de serviços, excluindo do lucro tributável pelo Imposto de Renda os resultados obtidos com a venda dos serviços no exterior, limitados ao montante de ingresso de divisa, bem como proventos líquidos auferidos em bolsas de mercadorias no exterior. Equipara à exportação as vendas no mercado interno de máquinas, equipamentos e outros bens a serem exportados para obras no exterior. Concede a garantia do Tesouro Nacional com cobertura de riscos de quebra de proposta ou inadimplemento contratual ou concessão de contragarantia para sociedade seguradora nacional ou estrangeira, para fins de emissão de apólice de seguro-garantia.
Modalidades, beneficiários ou abrangência do apoio	As pessoas jurídicas no país que realizarem venda ao exterior farão jus ao benefício fiscal, considerando tanto títulos obtidos no estrangeiro quanto os casos de pagamento realizados em moeda nacional. Os bens equiparados à exportação e destinados a obras de engenharia, depois de seu término poderão ser arrendados, emprestados, vendidos ou doados. A cobertura de seguro destina-se a empresas nacionais que exerçam atividades de prestação de serviços, execução de obras ou fornecimento de bens no exterior ou para o exterior. Estende benefício fiscal a rendimento de serviços técnicos derivados no Brasil e recebidos por residentes no exterior.

(Continua)

(Continuação)

Normativo	Decreto-Lei 1.418/1975
Atividades de serviços apoiadas	Venda ao exterior de serviços, realizadas por pessoas jurídicas domiciliadas no país; atividades de prestação de serviços, execução de obras ou fornecimento de bens no exterior ou para o exterior; proventos líquidos auferidos em bolsa de valor; rendimento de serviços técnicos e de assistência técnica, administrativa e semelhantes derivados do Brasil e recebidos por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, independentemente da forma de pagamentos e do local e da data em que a operação tenha sido contratada, os serviços executados ou a assistência prestada.
Valor de referência do apoio à exportação de serviços	Valor do resultado da venda de serviços ao exterior, limitado ao montante de ingressos de divisas correspondentes.
Agentes credenciados a operar nas modalidades	Pessoas jurídicas domiciliadas no país.
Restrições ao apoio	N/A
Documentos mencionados para recebimento do benefício ou comprovação das exportações	Não descritos.
Normativos	Resolução BCB 509/1979; circulares BCB 414/1979, 586/1980 e 1.392/1988; e circular Cacex/Finex 9/1980
Objetivos	Autoriza a aplicação de recursos do Finex na equalização de taxas de financiamentos à exportação, concedidos por bancos credenciados mediante a utilização de recursos próprios ou de linhas de crédito no exterior. Permite que sejam incluídos no sistema os financiamentos concedidos a exportações de bens e serviços, assim como aqueles destinados à cobertura de gastos locais, no exterior, vinculados a tais exportações, observadas, em quaisquer desses casos, as correspondentes normas estabelecidas pela Cacex.

(Continua)

(Continuação)

Normativos	Resolução BCB 509/1979; circulares BCB 414/1979, 586/1980 e 1.392/1988; e circular Cacex/Finex 9/1980
Modalidades, beneficiários ou abrangência do apoio	Os financiamentos a que se refere o apoio poderão ter como beneficiários: o exportador brasileiro (fabricante, comerciante, <i>trading company</i> , consórcio ou cooperativa); o importador estrangeiro – diretamente ou por meio de instituição financeira no exterior – até o valor dos correspondentes pagamentos efetuados ao exportador brasileiro; e as empresas ou instituições, no exterior, ordenantes ou executoras de obras e serviços, nos casos de gastos locais.
Atividades de serviços apoiadas	Bens e serviços, incluindo gastos locais, no exterior, vinculados às exportações brasileiras, como: bens de capital e consumo durável; estudos, projetos técnicos e serviços de engenharia e outros produtos admitidos pela Cacex. Como descrito no Comunicado 9, inclui todas as fases do processo de exportação, desde a prospecção de mercado até a produção dos bens e comercialização externa, para bens de capital e consumo durável ou de serviços, por meio de vendas isoladas ou nas modalidades de projetos industriais, integrados chave-na-mão ou pacote de serviços.
Valor de referência do apoio à exportação de serviços	Valor dos correspondentes pagamentos, efetuados ao exportador brasileiro pelo importador, de suas compras de bens e serviços; e valor dos correspondentes títulos representativos das vendas (Comunicado 9).
Agentes credenciados a operar nas modalidades	Os bancos autorizados a operar em câmbio no país, as agências de bancos brasileiros domiciliadas no exterior e as instituições financeiras, sediadas no exterior, das quais participem bancos brasileiros (Circular 414).
Restrições ao apoio	Financiamentos a gastos locais no exterior estarão limitados a 20% da entrada líquida de divisas no Brasil.
Documentos mencionados para recebimento do benefício ou comprovação das exportações	Guia de exportação; declaração de exportação; nota fiscal ou documento equivalente (Comunicado 9).

(Continua)

(Continuação)

Normativo	Lei 6.704/1979
Objetivos	Estabelece o SCE, com fim de garantir as exportações brasileiras de bens e serviços contra os riscos comerciais, políticos e extraordinários que possam afetar as transações econômicas e financeiras vinculadas a operações do crédito à exportação.
Modalidades, beneficiários ou abrangência do apoio	O SCE pode ser utilizado por exportadores e por instituições financeiras, ECAs, seguradoras, resseguradoras, fundos de investimento e organismos internacionais que financiem, refinanciem ou garantem a produção de bens e a prestação de serviços destinados à exportação brasileira e as exportações brasileiras de bens e serviços.
Atividades de serviços apoiadas	A produção de bens e a prestação de serviços destinados à exportação brasileira; as exportações brasileiras de bens e serviços; as exportações estrangeiras de bens e serviços, desde que estejam associadas a exportações brasileiras de bens e serviços ou contenham componentes produzidos ou serviços prestados por empresas brasileiras, com o correspondente compartilhamento de risco com ECAs estrangeiras, seguradoras, resseguradoras, instituições financeiras e organismos internacionais.
Valor de referência do apoio à exportação de serviços	No caso de risco de crédito, a cobertura do SCE incide sobre o valor financiado da operação, incluindo o valor de principal do financiamento acrescido dos juros da operação verificados entre a data do inadimplemento da obrigação e o termo final do prazo para caracterização do sinistro nos casos de risco de crédito.
Agentes credenciados a operar nas modalidades	União, instituição habilitada a operar o SCE contratada pela União e ABGF.
Restrições ao apoio	95% do risco comercial (100% se houver fiança bancária, ou, a critério da Camex, quando se tratar de operação do setor aeronáutico ou bens e serviços e outros).
Documentos mencionados para recebimento do benefício ou comprovação das exportações	Não citados na lei, mas encontram-se descritos no Certificado de Garantia de Cobertura, detalhado à frente.

(Continua)

(Continuação)

Normativo	Lei 8.187/1991
Objetivos	Autoriza a concessão de financiamento à exportação de bens e serviços nacionais. Autoriza o Tesouro Nacional a pactuar encargos financeiros inferiores ao respectivo custo de captação dos fundos necessários.
Modalidades, beneficiários ou abrangência do apoio	Operações de financiamento com recursos da Programação Especial das Operações Oficiais de Crédito, vinculadas à exportação de bens e serviços nacionais.
Atividades de serviços apoiadas	Serviços nacionais financiados com recursos do Programa Especial das Operações Oficiais de Crédito.
Valor de referência do apoio à exportação de serviços	N/A
Agentes credenciados a operar nas modalidades	Financiadores com operações no âmbito da Programação Especial das Operações Oficiais de Crédito.
Restrições ao apoio	N/A
Documentos mencionados para recebimento do benefício ou comprovação das exportações	N/A
Normativo	Resolução BCB 1.844/1991
Objetivos	Estabelece as normas básicas relativas aos financiamentos das exportações brasileiras ao amparo do Proex.
Modalidades, beneficiários ou abrangência do apoio	Desconto de títulos, no caso de exportação de bens; e financiamento, no caso de exportação de serviços.
Atividades de serviços apoiadas	As exportações de bens e serviços de origem nacional.
Valor de referência do apoio à exportação de serviços	N/A

(Continua)

(Continuação)

Normativo	Resolução BCB 1.844/1991
Agentes credenciados a operar nas modalidades	Bancos autorizados a operar em câmbio no país, BNDES e FINAME poderão conceder, com recursos próprios, empréstimos para as exportações de bens e serviços brasileiros, observando o disposto no artigo 3º e as normas do BCB.
Restrições ao apoio	As concessões de financiamento destinadas a operações de serviços e aos empréstimos relativos à exportação de navios e aviões serão definidas e aprovadas, caso a caso, por um comitê.
Documentos mencionados para recebimento do benefício ou comprovação das exportações	(i) Serviços: aval do governo do país importador; e outras garantias a serem definidas pelo comitê. (ii) Bens: títulos emitidos por exportador brasileiro, representativos da exportação; e prévia comprovação do ingresso, no país, das divisas referentes à parcela não coberta pelo empréstimo.
Normativo	Resolução BCB 1.845/1991
Objetivos	Regulamenta as operações de financiamento à exportação de bens e serviços brasileiros, elegíveis para fins da equalização de que trata o artigo 2º da Lei 8.187/1991, com recursos do Proex.
Modalidades, beneficiários ou abrangência do apoio	Financiamentos ao importador (<i>buyer credit</i>), para pagamento à vista ao exportador brasileiro; ou ao exportador (<i>supplier credit</i>), no desconto dos títulos da exportação.
Atividades de serviços apoiadas	As operações relativas à exportação de bens e serviços.
Valor de referência do apoio à exportação de serviços	Tem como referência o valor do crédito dos bancos autorizados a operar em câmbio no país.
Agentes credenciados a operar nas modalidades	Bancos autorizados a operar em câmbio no país, BNDES, FINAME e os estabelecimentos de crédito ou financeiros situados no exterior, incluindo as agências de bancos brasileiros.

(Continua)

(Continuação)

Normativo	Resolução BCB 1.845/1991
Restrições ao apoio	As condições para equalização dos financiamentos de exportação de serviços, navios e aviões serão definidas e aprovadas, caso a caso, por um comitê a ser constituído pelo ministro da Economia, Fazenda e Planejamento. Para operações na modalidade <i>supplier</i> , em moeda nacional, a contagem dos prazos está condicionada ao efetivo ingresso de divisas.
Documentos mencionados para recebimento do benefício ou comprovação das exportações	Títulos de crédito; e ingresso de divisas.
Normativo	Resolução BCB 2.380/1997
Objetivos	Concede ao financiador equalização da diferença, a maior, entre os encargos pactuados com o tomador e o custo de captação dos recursos pelo financiador nas operações de financiamento a exportações de bens e serviços brasileiros.
Modalidades, beneficiários ou abrangência do apoio	Financiamentos concedidos ao importador, para pagamento à vista ao exportador estabelecido no Brasil; e financiamentos concedidos ao exportador, mediante o desconto dos títulos de crédito da exportação.
Atividades de serviços apoiadas	Exportação de bens e serviços brasileiros.
Valor de referência do apoio à exportação de serviços	Valor financiado da exportação compatível com o crédito do valor em reais em conta do exportador.
Agentes credenciados a operar nas modalidades	Bancos múltiplos, comerciais, de investimento, de desenvolvimento, FINAME e os estabelecimentos de crédito ou financeiros situados no exterior, incluindo as agências de bancos brasileiros.

(Continua)

(Continuação)

Normativo	Resolução BCB 2.380/1997
Restrições ao apoio	Caso o financiador seja instituição financeira residente ou domiciliada no Brasil, a negociação no exterior dos títulos de crédito relativos à exportação somente pode ser efetuada com expressa e ampla dispensa do direito de regresso, salvo na hipótese das exportações ao amparo do Convênio de Pagamentos e de Créditos Recíprocos (CCR) e desde que os respectivos títulos de crédito estejam corretamente formalizados para reembolso automático por meio do referido convênio. A negociação no exterior pode ser efetuada com regresso sobre a instituição financeira residente ou domiciliada no Brasil, de modo a permitir os respectivos reembolsos.
Documentos mencionados para recebimento do benefício ou comprovação das exportações	(i) Nos financiamentos concedidos ao importador, para pagamento à vista ao exportador brasileiro, quando o financiador for residente ou domiciliado no exterior: o embarque das mercadorias; e a liquidação dos contratos de câmbio. (ii) Nos financiamentos ao importador, com pagamento à vista ao exportador brasileiro e nos financiamentos diretamente ao exportador, mediante o desconto dos títulos de crédito da exportação, quando o financiador for residente ou domiciliado no Brasil: o embarque das mercadorias; o crédito em conta do exportador do valor em reais correspondente ao montante financiado; e, se for o caso, a liquidação dos contratos de câmbio relativos à parcela não financiada.
Normativo	Resolução 2.452/1997
Objetivos	Destina R\$ 400 milhões dos recursos da Programação Especial das Operações Oficiais de Crédito para o ano de 1998 para equalizar as operações financiadas pelo BNDES e pela FINAME, de forma que o Tesouro Nacional conceda ao financiador equalização suficiente para tornar os encargos financeiros compatíveis com os praticados no mercado internacional.
Modalidades, beneficiários ou abrangência do apoio	Financiamentos às exportações de bens e serviços nacionais concedidos pelo BNDES e pela FINAME, amparados pelo Proex, realizadas conforme normas operacionais internas desses órgãos.
Atividades de serviços apoiadas	Exportação de bens e serviços nacionais.

(Continua)

(Continuação)

Normativo	Resolução 2.452/1997
Valor de referência do apoio à exportação de serviços	N/A
Agentes credenciados a operar nas modalidades	BNDES e FINAME
Restrições ao apoio	N/A
Documentos mencionados para recebimento do benefício ou comprovação das exportações	<p>O BNDES e a FINAME deverão encaminhar, mensalmente, relatório contendo todas as informações relativas às operações.</p> <p>(i) Nos financiamentos concedidos para exportação de mercadorias: o embarque das mercadorias; o crédito em conta do exportador do valor em reais correspondente ao montante financiado; e, se for o caso, a liquidação dos contratos de câmbio relativos à parcela não financiada.</p> <p>(ii) Nos financiamentos concedidos para exportação de serviços: fatura comercial emitida pela exportadora no valor das exportações brasileiras realizadas, com a expressão “de acordo” aposta pelo importador no corpo da fatura; relação dos registros de embarques averbados pela Secretaria da Receita Federal, se for o caso, elaborada pela empresa exportadora mencionando o número da fatura correspondente; carta emitida pela empresa exportadora, visada pelo importador, indicando os serviços prestados, os percentuais de avanço físico do projeto e valores correspondentes e o número da respectiva fatura, a fim de que os eventos relacionados possam ser claramente identificados; declaração emitida pelo importador atestando que os desembolsos realizados guardam compatibilidade com o cronograma físico do projeto e que os recursos destinados à equalização não estão sendo utilizados para equalizar o financiamento de gastos locais ou realizados em terceiros países; contrato de financiamento e respectivas autorizações de desembolso emitidas pelo importador, quando se tratar de operação <i>buyer credit</i>; e comprovação do crédito, em conta do exportador, dos valores em moeda nacional correspondentes aos valores financiados.</p>

(Continua)

(Continuação)

Normativo	Resolução BCB 2.490/1998
Objetivos	Permite que o valor das exportações amparadas pelo Proex seja financiado com utilização conjunta das modalidades previstas nas resoluções 2.380/1997 (sistema de equalização de taxas de juros), 2.224/1995, e 2.381/1997 (financiamentos do Tesouro Nacional).
Modalidades, beneficiários ou abrangência do apoio	Inclui financiamento ao importador, para pagamento à vista ao exportador brasileiro e financiamento diretamente ao exportador, mediante o desconto dos títulos de crédito da exportação, concedidos por instituição financeira residente ou domiciliada no Brasil.
Atividades de serviços apoiadas	Exportações amparadas pelo Proex.
Valor de referência do apoio à exportação de serviços	Pagamento à vista ao exportador ou títulos de crédito.
Agentes credenciados a operar nas modalidades	Instituição financeira residente ou domiciliada no Brasil.
Restrições ao apoio	N/A
Documentos mencionados para recebimento do benefício ou comprovação das exportações	Declaração do financiador ou de seu representante legal ao Banco do Brasil S.A., de que as exigências a seguir descritas foram atendidas: Nos financiamentos concedidos ao importador, para pagamento à vista ao exportador brasileiro, quando o financiador for residente ou domiciliado no exterior: o embarque das mercadorias; e a liquidação dos contratos de câmbio referidos no artigo 4º, inciso I, alínea "a", desta resolução.
Normativo	Resolução BCB 2.576/1998
Objetivos	Redefine os critérios aplicáveis às operações do sistema de equalização de taxas de juros do Proex.
Modalidades, beneficiários ou abrangência do apoio	Financiamentos às exportações de bens e serviços.

(Continua)

(Continuação)

Normativo	Resolução BCB 2.576/1998
Atividades de serviços apoiadas	Nas operações de financiamento à exportação de bens e de serviços, bem como de programas de computador (<i>softwares</i>).
Valor de referência do apoio à exportação de serviços	Pagamento à vista ao exportador ou títulos de crédito.
Agentes credenciados a operar nas modalidades	Os bancos múltiplos, comerciais, de investimento e de desenvolvimento residentes ou domiciliados no país, a FINAME, os estabelecimentos de crédito ou financeiros situados no exterior, incluídas as agências de bancos brasileiros.
Restrições ao apoio	São admitidas operações de prazo inferior a 360 dias, desde que a amortização e o pagamento de juros realizem-se em uma única data.
Documentos mencionados para recebimento do benefício ou comprovação das exportações	<p>(i) Quando se tratar de financiamento ao importador para pagamento à vista ao exportador ou de refinanciamento a este último, concedido por estabelecimento mencionado no artigo 2º, § 1º: embarque das mercadorias e, quando for o caso, do faturamento dos serviços; crédito em conta-corrente do exportador do valor em reais correspondente ao valor financiado; liquidação da operação de câmbio relativa à parcela não financiada, quando houver; e cópia dos títulos de crédito relativos à exportação, devidamente aceitos e endossados ou, quando for o caso, da respectiva carta de crédito, nos refinanciamentos concedidos ao exportador.</p> <p>(ii) Quando se tratar de financiamento ao importador, para pagamento à vista ao exportador, ou de refinanciamento a este último, concedido por estabelecimento mencionado no artigo 2º, § 2º: embarque das mercadorias e, quando for o caso, do faturamento dos serviços; liquidação das operações de câmbio relativas à totalidade do valor da exportação; liquidação das operações de câmbio relativas ao valor parcial da exportação, na hipótese prevista no artigo 4º, inciso I, alínea “b.2”; e cópia do contrato de financiamento firmado ou dos títulos de crédito relativos à exportação, devidamente aceitos e endossados ou, quando for o caso, da respectiva carta de crédito. Parágrafo único. Podem ser exigidos outros documentos relativos ao crédito, concedido no Brasil e no exterior, enquadrados nos termos desta resolução.</p>

(Continua)

(Continuação)

Normativo	Resolução BCB 2.799/ 2000
Objetivos	Redefine os critérios aplicáveis às operações do sistema de equalização de taxas de juros do Proex. O Tesouro Nacional pode conceder ao financiador ou ao refinanciador equalização suficiente para tornar os encargos financeiros compatíveis com os praticados no mercado internacional.
Modalidades, beneficiários ou abrangência do apoio	Financiamentos às exportações de bens e serviços.
Atividades de serviços apoiadas	Nas operações de financiamento à exportação de bens e de serviços, bem como de programas de computador (<i>softwares</i>).
Valor de referência do apoio à exportação de serviços	Nos financiamentos às exportações de aeronaves para aviação regional, a equalização das taxas de juros será estabelecida operação por operação, em níveis que poderão ser diferenciados de acordo com características de cada operação, respeitada a Commercial Interest Reference Rate (CIRR), divulgada mensalmente pela OCDE, relativa à moeda e ao prazo de financiamento da operação. A equalização, durante todo o seu período, é limitada aos percentuais estabelecidos pelo BCB.
Agentes credenciados a operar nas modalidades	Os bancos múltiplos, comerciais, de investimento e de desenvolvimento residentes ou domiciliados no país, a FINAME, os estabelecimentos de crédito ou financeiros situados no exterior, incluídas as agências de bancos brasileiros.
Restrições ao apoio	

(Continua)

(Continuação)

Normativo	Resolução BCB 2.799/ 2000
Documentos mencionados para recebimento do benefício ou comprovação das exportações	<p>(i) Quando se tratar de financiamento ao importador, para pagamento à vista ao exportador ou de refinanciamento a este último, concedido por estabelecimento habilitado: embarque das mercadorias e, quando for o caso, do faturamento dos serviços; crédito em conta-corrente do exportador do valor em reais correspondente ao valor financiado; liquidação da operação de câmbio relativa à parcela não financiada, quando houver; e cópia dos títulos de crédito relativos à exportação, devidamente aceitos e endossados ou, quando for o caso, da respectiva carta de crédito, nos refinanciamentos concedidos ao exportador.</p> <p>(ii) Quando se tratar de financiamento ao importador, para pagamento à vista ao exportador, ou de refinanciamento a este último, concedido por estabelecimento habilitado: embarque das mercadorias e, quando for o caso, do faturamento dos serviços; liquidação das operações de câmbio relativas à totalidade do valor da exportação; liquidação das operações de câmbio relativas ao valor parcial da exportação, a partir da data da liquidação dos contratos de câmbio relativos ao valor parcial da exportação; e cópia do contrato de financiamento firmado ou dos títulos de crédito relativos à exportação, devidamente aceitos e endossados ou, quando for o caso, da respectiva carta de crédito.</p>
Normativo	Resolução Camex 45/2009
Objetivos	Cria a modalidade de financiamento à produção exportável no âmbito do Proex.
Modalidades, beneficiários ou abrangência do apoio	Modalidade de financiamento à produção exportável apoia exportações brasileiras de empresas com faturamento bruto anual de até R\$ 60 milhões.
Atividades de serviços apoiadas	Bens e serviços destinados à exportação.
Valor de referência do apoio à exportação de serviços	O percentual máximo admitido para fins de financiamento é de 100% do valor previsto no contrato comercial ou na fatura <i>pro forma</i> com a expressa concordância do importador, excluindo a comissão de agente e eventuais pré-pagamentos.

(Continua)

(Continuação)

Normativo	Resolução Camex 45/2009
Agentes credenciados a operar nas modalidades	Banco do Brasil
Restrições ao apoio	Não será concedido financiamento nesta modalidade quando o tomador do crédito estiver inadimplente com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) ou com a RFB ou esteja inscrito em dívida ativa com a União, observada a legislação em vigor. Parágrafo único. Restrito às empresas com faturamento bruto anual até R\$ 60 milhões.
Documentos mencionados para recebimento do benefício ou comprovação das exportações	Artigo 5º São condições para a liberação dos recursos aos exportadores, nos financiamentos de que trata esta resolução: apresentação de fatura <i>pro forma</i> relativa à venda no exterior com a expressa concordância do importador ou contrato comercial; constituição de garantias cobrindo o pagamento do principal e juros dos financiamentos concedidos; e celebração de contrato de financiamento à produção exportável.
Normativo	Portaria Mdic 208/2010
Objetivos	Dispõe sobre as condições do Proex.
Modalidades, beneficiários ou abrangência do apoio	Modalidades de equalização e financiamento.
Atividades de serviços apoiadas	Exportações de mercadorias e serviços relacionadas nos anexos da portaria, enquadrando-se como exportação de bens os serviços de instalação, montagem, manutenção e posta em marcha, no exterior, de máquinas ou equipamentos objetos de exportação brasileira, quando esses serviços forem prestados pelo exportador do bem ou, por sua ordem, mesmo quando o valor desses serviços for faturado separadamente ao das mercadorias. Tais serviços devem ser executados por empresas sediadas no Brasil e integrar a mesma exportação.

(Continua)

(Continuação)

Normativo	Portaria Mdic 208/2010
Valor de referência do apoio à exportação de serviços	O percentual máximo admitido para fins de equalização é de 85% do valor da exportação na condição pactuada, limitado à parcela financiada, tendo como referência o valor da fatura comercial emitida pela exportadora, no caso das exportações de serviços.
Agentes credenciados a operar nas modalidades	Não informado.
Restrições ao apoio	Para habilitar as exportações de bens e de serviços ao Proex, é necessária a prévia aprovação pelo Banco do Brasil S.A., agente financeiro do Tesouro Nacional para o Proex, do RC no Siscomex.
Documentos mencionados para recebimento do benefício ou comprovação das exportações	(i) Títulos de crédito: RC no Siscomex; e RE averbado e vinculado a seu respectivo RC. Artigo 14. O desembolso dos recursos referentes ao financiamento de exportações de serviço será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos ao Banco do Brasil S.A.: fatura comercial emitida pela exportadora no valor das exportações brasileiras realizadas, com a manifestação de concordância do importador no corpo da fatura; carta emitida pela exportadora, visada pelo importador, indicando os serviços prestados, os percentuais de avanço físico do projeto e valores correspondentes e o número da respectiva fatura, a fim de que os eventos relacionados possam ser claramente identificados, quando for o caso; declaração, emitida pelo importador, atestando que os desembolsos realizados guardam compatibilidade com o cronograma físico da operação e que os recursos do Proex não estão financiando gastos locais ou realizados em terceiros países, quando for o caso; e os títulos representativos da parcela financiada da exportação devidamente aceitos pelo importador, ou o crédito documentário, conforme o caso, revestido das garantias da operação (para as operações de financiamento ao exportador), ou a autorização de desembolso emitida pelo importador, conforme disposto no contrato de financiamento firmado entre o Governo brasileiro e o tomador do financiamento (para operações de financiamento ao importador).

(Continua)

(Continuação)

Normativo	Portaria Mdic 208/2010
Documentos mencionados para recebimento do benefício ou comprovação das exportações	<p>(ii) Documentos para análise:</p> <p>Artigo 7º. A avaliação dos pleitos de financiamento ou de equalização de exportação de serviços levará em conta os elementos de informação indicados a seguir, entre outros: descrição dos serviços, tendo por base a classificação da NBS, instituída pelo Decreto 7.708/2012; identificação do importador (nome e endereço), datas previstas para início e fim da operação e o estágio em que se encontram as negociações para formalização do contrato comercial; etapas desenvolvidas no país e no exterior e bens vinculados à operação de exportação, quando for o caso; cronograma de execução dos serviços e desembolso do financiamento, incluindo as partes a serem financiadas com recursos de outras origens, quando for o caso; apresentação de cópia do edital da licitação, quando for o caso; e, no caso de consórcio, informações sobre as demais empresas integrantes e respectivas condições dos financiamentos pactuadas entre os participantes (financeiras, garantias etc.).</p> <p>Artigo 8º. Para o financiamento ou equalização das exportações de serviços, serão observadas as seguintes diretrizes de caráter geral: exclusão dos valores referentes a despesas locais e realizadas com terceiros países; registro no Módulo Venda do Siscoserv, observado o disposto na Portaria Conjunta RFB/SCS 1.908/2012; e operações que envolvam vários serviços, referentes a um mesmo contrato, devem ser enquadradas de acordo com o serviço finalístico, tendo por base a classificação da NBS, instituída pelo Decreto 7.708/2012.</p>
Normativo	Resolução 4.063/2012
Objetivos	Altera e consolida as normas aplicáveis às operações do sistema de equalização de taxas de juros do Proex.
Modalidades, beneficiários ou abrangência do apoio	Artigo 2º. A equalização poderá ser concedida: nos financiamentos ao importador, para pagamento à vista ao exportador estabelecido no Brasil; nos refinanciamentos concedidos ao exportador estabelecido no Brasil; e nos financiamentos à produção de bens destinados à exportação concedidos ao exportador estabelecido no Brasil.

(Continua)

(Continuação)

Normativo	Resolução 4.063/2012
Atividades de serviços apoiadas	Nas operações de financiamento à exportação de bens e de serviços, bem como de programas de computador (<i>softwares</i>).
Valor de referência do apoio à exportação de serviços	Valor do pagamento à vista ao exportador (financiamento) ou dos títulos de crédito (refinanciamento).
Agentes credenciados a operar nas modalidades	Bancos múltiplos, comerciais, de investimento e de desenvolvimento residentes ou domiciliados no país e a FINAME; e os estabelecimentos de crédito ou financeiros situados no exterior, incluídas as agências de bancos brasileiros, bem como a Corporação Andina de Fomento (CAF). § 5º Estão habilitados a operar na modalidade a que se refere o inciso III do <i>caput</i> deste artigo os bancos oficiais de desenvolvimento de âmbito regional, assim definidos na Resolução 394/1976, que utilizem os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) nessas operações.
Restrições ao apoio	(i) Os valores devidos em operações de financiamento realizadas em outra moeda que não o dólar dos Estados Unidos da América são convertidos a essa moeda com base na paridade vigente na data de início do primeiro período de equalização, divulgada pelo Banco Central do Brasil. (ii) Mediante aprovação prévia e expressa do Cofig, e tendo como financiador instituição financeira oficial federal, os créditos em conta-corrente do exportador que ocorrerem antes do embarque dos bens ou do faturamento dos serviços serão elegíveis a equalização. (iii) Nos casos previstos no § 2º, as importâncias devidas a título de equalização são calculadas a partir da data do crédito em conta-corrente do exportador. (iv) Para os fins do § 2º, se, por qualquer motivo, o embarque dos bens ou o faturamento dos serviços não vier a ser realizado, a equalização paga deverá ser restituída à Secretaria do Tesouro Nacional.

(Continua)

(Continuação)

Normativo	Resolução 4.063/2012
Documentos mencionados para recebimento do benefício ou comprovação das exportações	<p>Títulos de crédito: documentos comprobatórios do atendimento das exigências a seguir descritas:</p> <p>(i) Quando se tratar de financiamento ao importador, para pagamento à vista ao exportador, ou de refinanciamento a este último, concedido por agente mencionado no artigo 2º, § 1º: embarque das mercadorias ou faturamento dos serviços, exceto para os desembolsos feitos a título de antecipação expressamente aprovada pelo Cofig, conforme os §§ 2º, 3º e 4º do artigo 4º (conforme retificação publicada no <i>Diário Oficial da União</i>, de 17 de abril de 2012, Seção 1, p. 29); crédito em conta-corrente do exportador do valor em reais correspondente ao valor financiado; pagamento da parcela não financiada, quando houver; e cópia do contrato de financiamento firmado ou dos títulos de crédito relativos à exportação, devidamente aceitos e endossados, ou da respectiva carta de crédito, nos refinanciamentos concedidos ao exportador.</p> <p>(ii) Quando se tratar de financiamento ao importador, para pagamento à vista ao exportador, ou de refinanciamento a este último, concedido por agente mencionado no artigo 2º, § 2º: embarque das mercadorias e, quando for o caso, do faturamento dos serviços; liquidação das operações de câmbio relativas à totalidade do valor da exportação; cópia do contrato de financiamento firmado ou dos títulos de crédito relativos à exportação, devidamente aceitos e endossados ou, quando for o caso, da respectiva carta de crédito.</p> <p>§ 1º Pode ser exigida declaração de posse de outros documentos relativos ao crédito, concedido no Brasil e no exterior, enquadrados nos termos desta resolução. § 1º Nos casos de financiamentos concedidos por instituições financeiras oficiais federais, a comprovação do ingresso de divisas é dispensada mediante a comprovação do pagamento das operações. § 2º No caso do § 1º, os comprovantes de ingresso de divisas ou de pagamentos efetuados pelos financiados ou garantidores deverão ser guardados pela instituição financiadora pelo prazo de cinco anos, depois do término do financiamento ou refinanciamento, sendo dispensada sua apresentação ao agente do programa.</p>

(Continua)

(Continuação)

Normativo	Lei 12.712/2012
Objetivos	Altera as leis 12.096/2009 e 12.453/2011, para conceder crédito ao BNDES, 9.529/1997 e 11.529/2007, para incluir no Programa Revitaliza do BNDES os setores que especifica, 11.196/2005, 7.972/1989, 12.666/2012, 10.260/2001, 12.087/2009, 7.827/1989, 10.849/2004 e 6.704/79; as medidas provisórias 2.156-5/2001 e 2.157-5/01, que dispõem sobre financiamento às exportações indiretas. Autoriza o Poder Executivo a criar a ABGE. Autoriza a União a conceder subvenção econômica nas operações de crédito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Autoriza a União a participar de fundos dedicados a garantir operações de comércio exterior ou projetos de infraestrutura de grande vulto. Revoga dispositivos das leis 10.637/2002, 10.865/2004 e 12.545/2011. Dá outras providências.
Modalidades, beneficiários ou abrangência do apoio	Modalidade de equalização de taxas de juros, para operações contratadas até 31 de dezembro de 2013. A concessão de garantias contra riscos: comerciais, em operações de crédito ao comércio exterior com prazo superior a dois anos; políticos e extraordinários, em operações de crédito ao comércio exterior de qualquer prazo; de descumprimento de obrigações contratuais referentes a operações de exportação de bens ou serviços, conforme garantias previstas em estatuto; comerciais, em operações de crédito ao comércio exterior para micro, pequenas e médias empresas; entre outros listados na referida lei.
Atividades de serviços apoiadas	Com relação à equalização: componentes e serviços tecnológicos relacionados à produção de bens de consumo para exportação, ao setor de energia elétrica, a estruturas para exportação de grãos líquidos, a projetos de engenharia, à inovação tecnológica e a projetos de investimento destinados à constituição de capacidade tecnológica e produtiva em setores de alta intensidade de conhecimento e engenharia.
Valor de referência do apoio à exportação de serviços	Com relação à equalização, o valor total dos financiamentos subvencionados pela União.

(Continua)

(Continuação)

Normativo	Lei 12.712/2012
Agentes credenciados a operar nas modalidades	Com relação à equalização, para operações contratadas pelo BNDES e pela Finep (antiga Financiadora de Estudos e Projetos e atual Finep Inovação e Pesquisa).
Restrições ao apoio	Com relação à equalização, o valor total dos financiamentos subvencionados pela União é limitado ao montante de até R\$ 227 bilhões.
Documentos mencionados para recebimento do benefício ou comprovação das exportações	N/A
Normativo	Resolução Camex 126/2013
Objetivos	Estabelece as condições de comercialização das operações ao amparo do Proex.
Modalidades, beneficiários ou abrangência do apoio	Modalidades de financiamento ou equalização.
Atividades de serviços apoiadas	Bens e serviços elegíveis para o Proex, anexos 1 e 2. Enquadram-se como exportação de bens os serviços de instalação, montagem e posta em marcha, no exterior, de máquinas ou equipamentos objetos de exportação brasileira, quando esses serviços forem prestados pelo exportador do bem, ou por sua ordem, mesmo quando o valor desses serviços for faturado separadamente ao dos bens. Tais serviços devem ser executados por empresas sediadas no Brasil e integrar a mesma exportação.
Valor de referência do apoio à exportação de serviços	O percentual máximo admitido para fins de equalização é de 100% do valor da exportação na condição pactuada, limitado à parcela financiada e excluída a comissão do agente.
Agentes credenciados a operar nas modalidades	A habilitação das operações de exportação de bens ou serviços no Proex deverá ser solicitada pelo exportador mediante RC no Siscomex.

(Continua)

(Continuação)

Normativo	Resolução Camex 126/2013
Restrições ao apoio	Caberá ao Banco do Brasil S.A., na qualidade de agente financeiro do Tesouro Nacional para o Proex, a aprovação dos RCs referidos no <i>caput</i> , com a consequente concessão da habilitação da operação no Proex.
Documentos mencionados para recebimento do benefício ou comprovação das exportações	A avaliação dos pleitos de financiamento ou de equalização de exportação de serviços leva em conta os elementos de informação indicados a seguir, entre outros: descrição dos serviços, tendo por base a classificação da NBS, instituída pelo Decreto 7.708/2012; identificação do importador (nome e endereço), datas previstas para início e fim da operação e o estágio em que se encontram as negociações para formalização do contrato comercial; etapas desenvolvidas no país e no exterior e bens vinculados à operação de exportação, quando for o caso; cronograma de execução dos serviços e desembolso do financiamento, incluindo as partes a serem financiadas com recursos de outras origens, quando for o caso; apresentação de cópia do edital da licitação, quando for o caso; e, no caso de consórcio, informações sobre as demais empresas integrantes e respectivas condições dos financiamentos pactuadas entre os participantes (financeiras, garantias etc.).
Normativo	Certificado de Garantia de Cobertura de Seguro de Crédito à Exportação – tipo mutuário público – VII – condições gerais
Objetivos	Estabelece as condições gerais para garantia da cobertura de riscos do crédito contratado, além das condições para indenização com o amparo do FGE.
Modalidades, beneficiários ou abrangência do apoio	Modalidade de financiamento <i>buyer credit</i> . Beneficiário será a instituição financeira (garantido) que atue como mutuante do contrato de financiamento firmado com o devedor.
Atividades de serviços apoiadas	As atividades constantes do Contrato Comercial de Exportação.
Valor de referência do apoio à exportação de serviços	Valor devido pelo devedor no âmbito do Contrato de Financiamento (destinado ao pagamento dos valores devidos a título do Contrato Comercial de Exportação, estabelecendo as condições da abertura de crédito, de utilização dos recursos e do respectivo repagamento).

(Continua)

(Continuação)

Normativo	Certificado de Garantia de Cobertura de Seguro de Crédito à Exportação – tipo mutuário público – VII – condições gerais
Agentes credenciados a operar nas modalidades	Instituição financeira que atue no financiamento das operações de exportação.
Restrições ao apoio	A cobertura proporcionada pelo Certificado de Garantia de Cobertura limita-se: ao valor de principal do Contrato de Financiamento, na medida de sua utilização; ao valor dos juros correspondentes (excluídos os juros de mora); e ao valor das comissões bancárias.
Documentos mencionados para recebimento do benefício ou comprovação das exportações	Qualquer pagamento de indenização está subordinado à entrega, pelo garantido, de uma Declaração de Sinistro – Pedido de Indenização, além de uma Conta de Perdas, estabelecida conforme a cláusula 16 das Condições Gerais, bem como de: cópia autenticada dos títulos de crédito vencidos e vincendos que representem o crédito coberto; cópia da última versão completa do RE, extraída diretamente do Siscomex, contendo a indicação de averbação da exportação pela SRF; cópia da respectiva Fatura Comercial, do Conhecimento de Embarque e de todos os demais documentos que se façam necessários à comprovação de exportações brasileiras de bens e serviços; e demais documentos comprobatórios do crédito exigíveis no Brasil e no país do devedor e, se for o caso, comprovante da entrega da mercadoria ou serviço que ateste o crédito, comprovação de constituição das garantias eventualmente exigidas.
Normativo	Certificado de Garantia de Cobertura de Seguro de Crédito à Exportação – tipo comprador público – VII – condições gerais
Objetivos	Estabelece condições gerais para a garantia da cobertura dos riscos de fabricação e de crédito, e para a indenização, com os recursos do FGE, das perdas resultantes da ocorrência dos referidos riscos.
Modalidades, beneficiários ou abrangência do apoio	Modalidade de financiamento <i>supplier credit</i> . Beneficiário é a instituição financeira que atue no financiamento das operações de exportação do garantido.

(Continua)

(Continuação)

Normativo	Certificado de Garantia de Cobertura de Seguro de Crédito à Exportação – tipo comprador público – VII – condições gerais
Atividades de serviços apoiadas	As atividades constantes do Contrato Comercial de Exportação.
Valor de referência do apoio à exportação de serviços	Crédito devido em face do devedor. Crédito – é o valor devido pelo devedor, no âmbito do Contrato Comercial de Exportação firmado com o garantido.
Agentes credenciados a operar nas modalidades	Instituição financeira que atue no financiamento das operações de exportação do garantido (exportador).
Restrições ao apoio	Qualquer pagamento de indenização está subordinado à entrega, pelo garantido, de uma Declaração de Sinistro – Pedido de Indenização. (i) Para os sinistros de fabricação, essa declaração deve ser acompanhada de uma Conta de Perdas, estabelecida nos termos 15 das Condições Gerais, bem como de: cópia dos documentos que representem as obrigações contratuais do devedor durante o período compreendido entre a data da assinatura do contrato garantido e a data em que deverá ser efetivado o embarque ou concluídas as obrigações contratuais do garantido; e cópia autenticada dos documentos que representem as despesas incorridas pelo garantido até a interrupção das obrigações contratuais do devedor. (ii) Para os sinistros de crédito, essa declaração deve ser acompanhada de uma Conta de Perdas, estabelecida nos termos da cláusula 16 das Condições Gerais, bem como de: cópia autenticada dos títulos de crédito vencidos e vincendos que representem o crédito coberto; cópia da última versão completa do RE, extraída diretamente do Siscomex, contendo a indicação de averbação da exportação pela SRF; cópia de original da respectiva Fatura Comercial, do Conhecimento de Embarque e de todos os demais documentos que se façam necessários à comprovação de exportações brasileiras de bens e serviços; e demais documentos comprobatórios do crédito exigíveis no Brasil e no país do devedor e, se for o caso, comprovante da entrega da mercadoria ou serviço que ateste o crédito, comprovação de constituição das garantias eventualmente exigidas e documentação comprobatória da insolvência.

(Continua)

(Continuação)

Normativo	Certificado de Garantia de Cobertura de Seguro de Crédito à Exportação – tipo comprador público – VII – condições gerais
Documentos mencionados para recebimento do benefício ou comprovação das exportações	
Normativo	Certificado de Garantia de Cobertura de Crédito à Exportação – CCR – VI – condições gerais
Objetivos	Estabelece as condições gerais para a garantia da cobertura do risco de não pagamento do crédito no CCR por parte do banco central do país do devedor e para a indenização, com os recursos do FGE, das perdas resultantes da ocorrência do referido risco.
Modalidades, beneficiários ou abrangência do apoio	Modalidades de financiamento <i>supplier e buyer credit</i> . Beneficiário é a instituição autorizada a operar no CCR que tenha atuado no financiamento das operações de exportação do garantido (quando este não for instituição financeira), em favor da qual a indenização é paga, em caso de emissão de condições especiais de alteração de cláusula beneficiária.
Atividades de serviços apoiadas	As atividades constantes do Contrato Comercial de Exportação.
Valor de referência do apoio à exportação de serviços	Crédito no CCR (montante consignado ou vinculado ao instrumento de pagamento levado para a compensação quadrimestral do CCR).
Agentes credenciados a operar nas modalidades	Titular do crédito expresso no instrumento de pagamento cursado no âmbito do CCR e/ou como mutuante do Contrato de Financiamento.
Restrições ao apoio	A cobertura limita-se aos riscos inerentes à exportação descrita nas Condições Particulares, cujos pagamentos são cursados no âmbito do CCR.

(Continua)

(Continuação)

Normativo	Certificado de Garantia de Cobertura de Crédito à Exportação – CCR – VI – condições gerais
Documentos mencionados para recebimento do benefício ou comprovação das exportações	Qualquer pagamento de indenização está subordinado à entrega, pelo garantido, do formulário Declaração de Sinistro. Pedido de indenização – essa declaração deve ser acompanhada de um relatório das perdas, estabelecido nos termos da cláusula 12 das Condições Gerais, bem como de: cópia autenticada do instrumento de pagamento, bem como dos demais documentos e/ou dos títulos de crédito que representem o crédito no CCR; cópia da última versão completa do RE, extraída diretamente do Siscomex, contendo a indicação de averbação da exportação pela SRF; e cópia autenticada da respectiva fatura comercial, do conhecimento de embarque e de todos os demais documentos que se façam necessários à comprovação de exportações brasileiras de bens e serviços.

